



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XX — N.º 72

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 5 DE NOVEMBRO DE 1965

ATA DA 95ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 1965.

3ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE:

Às 21 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Albino Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
José Cândido
Siegfredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Feribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Aurólio Vianna
Alton Campos
Benedicto Valladara
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — (41).

E os Srs. Deputados:

Acre:
Armando Leite
Geraldo Mesquita
Jorge Kalume
Mário Maia
Rui Lino
Wanderley Dantas

Amazonas

Djalma Passos
José Esteves
Leopoldo Peres
Paulo Coelho
Wilson Calmon — (23.1.66)
Antunes de Oliveira

Pará:

Adriano Gonçalves — (9.11.65)
Burlamaqui de Miranda
Carvalho da Silva — (4.12.65)

CONGRESSO NACIONAL

Gabriel Hermes
Lopo Castro
Stélio Maroja

Maranhão:

Alexandre Costa
Cid Carvalho
Clodomir Millet
Eurico Ribeiro
Henrique La Rocque
Joel Barbosa
Luiz Coelho
Mattos Carvalho
Pedro Braga

Piauí:

Chagas Rodrigues
Ezequias Costa
Gayoso e Almendra
Heitor Cavalcanti
João Mendes Olímpio
Moura Santos

Ceará:

Alvaro Lins — PTB
Dager Serra — (22.10.65)
Esmerino Arruda
Leão Sampaio
Lourenço Colares (10.12.65)
Martins Rodrigues

Rio Grande do Norte:

Djalma Marinho
Odilon Ribeiro Coutinho

Paraíba:

Flaviano Ribeiro
Humberto Lucena
Jandui Carneiro
João Fernandes
Luiz Bronzeado
Plínio Lemos

Pernambuco:

Aderbal Jurema
Arruda Câmara
Aurino Valois
Bezerra Leite
Geraldo Guedes
José Meira
Luiz Pereira
Magalhães Melo
Milvernes Lima
Nilo Coelho
Oswaldo Lima Filho
Souto Maior
Tabosa de Almeida

Alagoas:

Abraão Mour
Aloysio Nonô
Medeiros Neto
Muniz Falcão
Oceano Carneal
Oséas Cardoso
Pereira Lúcio

Sergipe:

Lourival Batista
Walter Batista

Bahia:

Aloysio Short — (4.12.65)
Aloísio de Castro
Cícero Dantas
Edgard Pereira
Henrique Lima
João Alves
Luna Freire
Manoel Novaes
Mário Piva
Necy Novaes
Oliveira Brito
Regis Pacheco
Ruy Santos
Teódulo de Albuquerque
Vasco Filho
Vieira de Melo
Wilson Falcão

Espírito Santo

Argilano Dario
Dirceu Cardoso
Dulcino Monteiro
Florianio Rubin
Gil Veloso
João Calmon
Oswaldo Zanelli
Raymundo de Andrade

Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes — (4.12.65)
Adolpho Oliveira
Afonso Celso
Ario Teodoro
Bernardo Bello
Daso Coimbra
Edésio Nunes
Jeremias Fontes
Jorge Said-Cury — (3.11.65)
Josemaria Ribeiro
Roberto Saturnino

Guanabara:

Afonso Azevedo Filho (M.E.)
Arnaldo Nogueira
Baeta Neves
Benjamin Farah
Breno da Silveira
Cardoso de Menezes
Expedito Rodrigues
Jamil Amiden
Waldir Simões

Minas Gerais:

Abel Rafael
Bias Fortes
Carlos Murilo
Celso Murta
Celso Passos
Cyro Maciel — (S.E.)
Dnar Mendes
Elias Carmo
Francelino Pereira
Guilhermino de Oliveira
João Hercúlio
Manoel de Almeida
Marcel Taveira
Milton Reis
Nogueira de Rezende
Ormeo Botelho
Ovidio de Abreu
Ozanam Coelho

Padre Nobre
Pedro Aleixo
Pinheiro Chagas
Ultimo de Carvalho
Walter Passos

São Paulo:

Alceu de Carvalho
Aniz Badra
Athié Coury
Batista Ramos
Campos Vergal
Condeixa Filho — (S.E.)
Cunha Bueno
Dias Menezes
Derville Alegretti
Hary Normaton
Hamilton Prado
Hélcio Maghenzani
Herbert Levy
José Menck
José Resegue
Levy Tavares
Pinheiro Brissola
Plínio Salgado
Teófilo Andrade
Tufy Nassif

Goiás:

Benedito Vaz
Castro Costa
Celestino Filho
Geraldo de Pina
Haroldo Duarte
José Freire
Ludovico de Almeida
Rezende Monteiro

Mato Grosso:

Corrêa da Costa
Edison Garcia
Miguel Marcondes
Rachid Mamed
Wilson Martins

Paraná:

Antônio Annibelli
Antônio Baby
Emílio Gomer
Ivan Luz
José Richa
Lyrio Bertolli
Mário Gomes

Santa Catarina:

Antônio Almeida
Carneiro de Loyola
Doutel de Andrade
Laerte Vieira
Lenoir Vargas
Orlando Bertoli
Osni Regis

Rio Grande do Sul:

Afonso Anschau
Brito Velho
Cesar Prieto
Cid Furtado
Clóvis Pestana
Croacy de Oliveira
Euclides Triches
Florent. Paixão
Jairo Braun
José Mandall
Lino Braun

Luciano Machado
Marcial Terra (M.E.)
Matheus Schmidt
Milton Cassel (S.E.)
Osmar Grafuila
Peracchi Barcelos
Raul Pila
Ruben Alves
Unirio Machado

Amapá:

Janary Nunes

Rondônia

Hegel Morhy

Roraima

Francisco Elesbão — (162)

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 162 Senhores Deputados. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.
Vai ser lida a ata.

O Srs. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A presente sessão foi convocada nos termos do Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1), a fim de ser procedida à leitura da Mensagem nº 18, de 1965 (C.N.), de 3 do mês em curso, com a qual o Sr. Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, para tramitação, nos termos do § 3º do Art. 5º do Ato Institucional nº 2, o Projeto de Lei nº 13, de 1965, que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e sêlo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário, e dá outras providências.

O Sr. 1º Secretário irá proceder à leitura da Mensagem.

E' lida a seguinte

MENSAGEM

Nº 18, de 1965 (C.N.)

(Nº DE ORIGEM: 889)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 5º, § 3º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossas Excelências, acompanhado da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, o anexo projeto de lei que dispõe sobre o reajustamento de vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e sêlo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário, e dá outras providências.

Brasília, em 3 de novembro de 1965.
— H. Castello Branco.

Projeto de Lei nº 13, de 1965 (C.N.)

Reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e sêlo e da quota de previdência social, unifica contribuições baseadas nas folhas de salário, e dá outras providências.

Art. 1º Os soldos constantes do Anexo II de que trata o Art. 188 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964 (Código de Vencimentos dos Militares), ficam substituídos, a partir de 1º de janeiro de 1966, pelos valores expressos na Tabela A.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 80

Ano Cr\$ 96

Exterior

Ano Cr\$ 136

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39

Ano Cr\$ 76

Exterior

Ano Cr\$ 108

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

Art. 2º Ficam alterados os Artigos 19, 61 e 148 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, prevalecendo a seguinte redação:

I — “Art. 19. A Gratificação de Função Militar de Categoria B é devida ao militar, pelo valor de 10% do soldo do posto ou graduação, quando em exercício de função nas situações das letras a), b), c), d), e) e f) deste artigo; e, pelo valor anualmente fixado pelo Poder Executivo, obedecendo às graduações respectivas dos Cursos, quando na situação da letra g):

a) servindo em corpo de tropa e bases;

b) embarcado em navio da Armada ou guarnecendo navio mercante;

c) servindo em Hospital e Arsenais, Parques, Estabelecimentos, Fábricas, Depósitos, funcionando em regime industrial ou com horário especial de trabalho;

d) em função de docência, ensino ou instrução em Escola, Colégio, Instituto, Curso ou Centro de Ensino ou Instrução das Forças Armadas;

e) em levantamentos topográficos, geográficos, hidrográficos, oceanográficos, manutenção de faróis e construção de rodovias ou ferrovias, determinados pela Diretoria ou Serviço competente;

f) em efetivo exercício de função de Estado-Maior e ou de Técnico;

g) aprovado em Curso de Especialização, de Aperfeiçoamento, de Comando e Estado-Maior ou equivalentes em cada Força e mais os de Estado-Maior Combinado.

§ 1º Os Ministros Militares especificarão as Organizações Militares e estabelecerão as condições que enquadrarão o militar nas disposições deste artigo.

§ 2º Ao militar que se enquadre simultaneamente em mais de uma das atividades discriminadas neste artigo somente será abonada a gratificação correspondente a uma delas, com ex-

ceção da letra g) que acumula sempre com qualquer uma das demais letras”.

II — “Art. 61. A indenização de Representação é devida ao militar no efetivo exercício dos cargos, funções ou comissões especificados pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os valores da indenização de que trata este artigo serão fixados, anualmente, pelo Poder Executivo”.

III — “Art. 148. Os militares reformados em consequência de moléstia a que se refere a letra “d” do art. 146, ou outras consideradas incuráveis terão direito à diária de asilo prevista para a praça asilada que sofra de moléstia contagiosa e incurável”.

Art. 3º Os vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, bem como os valores das funções gratificadas, da Administração Centralizada, serão pagos a partir de 1º de janeiro de 1966 com base na Tabela B.

Parágrafo único. As autoridades relacionadas no item IV — outros cargos em comissão — da Tabela B, não serão concedidas diárias pelo efetivo exercício em Brasília, nem gratificação de tempo integral.

Art. 4º Serão também reajustados em bases idênticas e nos mesmos períodos constantes das Tabelas anexas:

a) os servidores dos Territórios Federais;

b) os servidores transferidos da União para os Estados da Guanabara e do Acre, compensados quaisquer aumentos, reajustamentos ou reclassificações concedidos pelos Governos estaduais, no período compreendido entre 1º de junho de 1964 e a data do início da vigência desta Lei;

c) os servidores da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), da Fundação Brasil

Central e da Prefeitura do Distrito Federal, amparados, respectivamente, pelos arts. 40 e 42 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963 e item 4 do artigo 21, da Lei nº 4.345, de 26 de julho de 1964;

d) os servidores a que se referem os itens 1 e 2 do Art. 6º da Lei número 4.345, de 26 de junho de 1964.

Parágrafo único. Quaisquer quantias recebidas pelos servidores referidos no item b) deste artigo, de outras entidades públicas às quais estiverem servindo, serão obrigatoriamente declarados aos órgãos pagadores federais, a fim de serem deduzidas dos vencimentos a que fizerem jus de acordo com esta Lei, sob pena de suspensão do pagamento (§ 3º do Art. 21, da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, e art. 8º da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964).

Art. 5º Dentro das possibilidades dos recursos orçamentários próprios e observados os percentuais de aumento e os períodos estabelecidos na Tabela B, item I do Art. 3, poderão ser reajustados os salários do pessoal temporário e de obras de que tratam os Arts. 24 e 26 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960.

Parágrafo único. Os novos salários do pessoal temporário e de obras, decorrentes da execução deste artigo, não poderão, em qualquer hipótese, exceder à importância correspondente ao vencimento da classe inicial ou singular, de encargos ou atribuições semelhantes ou equivalentes.

Art. 6º Os pagamentos em moeda estrangeira feitos a servidores públicos federais, inclusive das autarquias, em viagem, missão, estudo ou exercício no exterior, não sofrerão qualquer acréscimo em decorrência da aplicação desta lei.

Parágrafo único. As majorações que se verificarem nas parcelas relativas a vencimentos e vantagens serão compensadas, no mesmo montante, com a redução na parcela de representação ou reajustamento.

Art. 7º O regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a que se refere o art. 11 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, poderá ser aplicado, no interesse da Administração e nos termos da regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo, em caráter obrigatório:

I — a cargos e funções que envolvem responsabilidade de Direção, Chefia ou Assessoramento.

II — A unidades administrativas ou setores das mesmas, quando a natureza do trabalho o exigir.

III — A Equipes de Trabalho constituídas expressamente para operar sob o aludido regime.

IV — Ao Magistério, em face das provadas necessidades do ensino e da cadeira, verificada, previamente, a viabilidade da medida em face das instalações disponíveis e outras condições de trabalho do estabelecimento de ensino.

V — A ocupantes de cargos compreendendo funções técnicas de nível médio — auxiliares de atividades de magistério, técnicas e de pesquisa científica — quando participarem de trabalhos enquadrados nos itens anteriores.

§ 1º Em casos excepcionais, devidamente justificados, o regime de tempo integral e dedicação exclusiva poderá ser aplicado a qualquer funcionário, individualmente, mediante proposta do dirigente da Unidade Administrativa.

§ 2º Excetuam-se da obrigatoriedade prevista neste Artigo os funcionários que, em decorrência de impedimento legal ou de motivo justo, optarem pelo regime de tempo parcial de trabalho, exceto quando investidos em cargos ou funções de direção, chefia ou assessoramento.

§ 3º O pessoal burocrático, auxiliar ou subalterno, cujos serviços sejam indispensáveis ao funcionamento de

regime a que se refere este artigo, poderá ter o expediente prorrogado, percebendo gratificação pelo serviço extraordinário que prestar, independentemente de limite de tempo.

§ 4º Caberá a uma Comissão designada pelo Presidente da República e subordinada ao Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público zelar pela fiel aplicação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

§ 5º A Comissão, com fundamento nos princípios legais e regulamentares, fixará critérios, expedirá instruções e exercerá supervisão, fiscalização e controle permanentes, podendo, ainda, ouvir diretamente pessoas ou órgãos especializados e proceder, periodicamente, a verificação "in loco".

§ 6º Das decisões da Comissão caberá recurso para o Diretor-Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 7º A infringência dos compromissos decorrentes de regime de tempo integral e dedicação exclusiva, apurada em inquéritos administrativos, será punida com a pena de demissão, bem do serviço público.

§ 8º Os membros da Comissão farão us a gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva, na forma da legislação em vigor.

§ 9º A gratificação de que trata o art. 11 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, será fixada em decreto executivo, mediante proposta do Departamento Administrativo do Serviço Público, para os cargos que se aplica o regime de tempo integral e de dedicação exclusiva, tendo em vista a essencialidade, complexidade e responsabilidade das respectivas atribuições bem como as condições do mercado de trabalho para as atividades correspondentes.

Art. 8º O salário família passará a ser pago na base de Cr\$ 8.000 (oito mil cruzeiros) mensais, por dependente.

Art. 9º As percentagens sobre a arrecadação de tributos e rendas federais, a que se refere o art. 14 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, não poderão exceder, em relação aos vencimentos fixados nesta lei, a 30% (trinta por cento) dos valores estabelecidos na Tabela B.

Art. 10. A partir de 1º de janeiro de 1966, ficarão revogados todos os dispositivos legais ou regulamentares que fixam vencimentos de cargos ou funções, de direção ou chefia com vínculo com outros vencimentos, inclusive as bases percentuais.

Parágrafo único. Os cargos atingidos por este artigo, quando relativos à Direção de entidades autárquicas e de órgãos públicos em regime especial, ficarão, automaticamente, classificados no símbolo 1-C, cabendo ao Poder Executivo efetuar a reclassificação dos demais cargos em comissão existentes nos órgãos respectivos, a fim de preservar o princípio de hierarquia.

Art. 11. Fica elevado para 30% (trinta por cento) o auxílio para diferença de Caixa de que tratam os arts. 137 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e 2º da Lei nº 4.061, de 3 de maio de 1962.

Parágrafo único. A vantagem prevista neste artigo somente será paga ao funcionário que se encontrar em ativo exercício de suas funções nas secretarias.

Art. 12. Excluído o disposto no artigo 7º, esta Lei se aplica aos Magistrados, membros do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e do Serviço Jurídico da União, e assemelhados, cujos vencimentos serão reajustados na forma da Tabela B, item VI, Anexos I e IX.

Art. 13. A retribuição dos dirigentes de autarquias e sociedades de economia mista em que participe a União não poderá ultrapassar os vencimentos dos Ministros de Estado, enquanto essas entidades receberem transferências do Tesouro e desfrutarem de favores fiscais.

Art. 14. Observados o disposto no art. 12 e parágrafos da Lei 4.439, de 27 de outubro de 1964, o teto máximo de retribuição mensal dos servidores civis e militares, ativos e inativos, da Administração Centralizada e das Autarquias, é fixado em 90% (noventa por cento) dos vencimentos dos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República e o Consultor-Geral da República.

Art. 15. A gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais, prevista no Art. 145, item V, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que variará entre 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento) dos vencimentos do cargo efetivo do funcionário, será concedida nos termos da regulamentação geral a ser expedida pelo Poder Executivo, ficando revogado o § 2º do artigo 15 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 16. Os cargos de Assessor para Assuntos Legislativos são considerados extintos, devendo ser suprimidos à medida que vagarem.

Art. 17. A redução do complemento de vencimento e vantagens de que trata o artigo 33 da Lei 4.345, de 26 de junho de 1964, não ultrapassará quantia equivalente a 50% (cinquenta por cento) do aumento estabelecido na presente Lei.

Parágrafo único. Continua em vigor com a ressalva estabelecida no presente artigo, a norma prevista no Parágrafo único do artigo 33 da Lei 4.345, de 1964.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a promover a extinção progressiva, na vacância, de cargos de Procurador, Assistente Jurídico, de Tesouraria e outros que sejam considerados excessivos em face às reais necessidades do serviço.

Parágrafo único. Poderá, ainda, o Poder Executivo prover a redistribuição desses cargos para aproveitamento de seus ocupantes em órgão em que haja necessidade de seus serviços.

Art. 19. Fica o Poder Executivo autorizado a instituir um sistema de incentivo aos funcionários pela apresentação de sugestões visando ao maior rendimento do trabalho e a melhoria da produtividade, em geral.

Parágrafo único. Os incentivos de que trata esse artigo poderão consistir em prêmio em dinheiro, ou importar em preferência para promoção, designação para função de assessoria ou direção, ou, ainda, ter caráter honorífico.

Art. 20. O Governo promoverá o estudo e a coordenação, através do Ministério do Planejamento, de medidas tendentes à obtenção de maior produtividade do Serviço Público Federal em harmonia com os objetivos da programação Econômico-Financeira.

Art. 21. A percepção de vencimento, salário ou vantagem pelo exercício do cargo, emprego ou função pública, em qualquer setor da Administração Federal Centralizada e das Autarquias Federais, importa na correspondente prestação efetiva de serviço, sob a pena de reposição, em qualquer tempo em que se verifique a irregularidade.

Parágrafo único. São responsáveis e responderão a processo administra-

tivo o chefe de setor de trabalho onde ocorra a irregularidade, assim como quem atestar indevidamente a frequência.

Art. 22. Fica revogada a legislação que permite ao funcionário exonerado de cargo em comissão continuar a perceber os respectivos vencimentos na condição de agregado.

Parágrafo único. Os funcionários que, com base naquela legislação, estejam atualmente na condição de agregado, serão postos em disponibilidade, nos termos da legislação em vigor.

Art. 23. O provimento por qualquer forma, de cargo público, inclusive por transferência ou readaptação, fica condicionado à existência de dotação orçamentária.

Parágrafo único. Será responsabilizado o funcionário que ordenar pagamento com infração deste artigo.

Art. 24. Fica reduzida ao máximo de 40% (quarenta por cento) a participação nas multas aplicadas em virtude de infrações de leis tributárias ou no produto de leilão de mercadorias, respeitadas em critérios de distribuição previstos na legislação de cada tributo e não se aplicando às vantagens deste artigo o disposto no artigo 18 da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964 e no artigo 12 da Lei nº 4.439, de 27 de outubro de 1964.

Parágrafo único. Poder Executivo regulamentará a adjudicação das vantagens a que se refere este artigo, estabelecendo a percentagem que será deduzida do respectivo montante para constituição de fundo de estímulo de que trata a Lei 154, de 25 de novembro de 1947, e de outros estímulos análogos aos demais departamentos tributário.

Art. 25. O poder Executivo designará uma Comissão para, no prazo de 90 (noventa) dias, estudar em todos os seus aspectos o sistema de remuneração de Grupo Ocupacional Fisco e apresentar recomendações a que habilitem o Governo a adotar medidas tendentes a discipliná-lo, em consonância com os interesses do Tesouro Nacional e as condições especiais de trabalho a que estão sujeitos os integrantes do referido grupo.

Art. 26. No exercício de 1966, as alíquotas de imposto de consumo de que trata a Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, vigorarão com as seguintes alterações, sendo o acréscimo cobrado a título de adicional:

- a) as de 3% passarão a 3,6%
- b) as de 4% passarão a 4,8%
- c) as de 6% passarão a 7,2%
- d) as de 8% passarão a 9,6%
- e) as de 10% passarão a 12%
- f) as de 12% passarão a 14,4%
- g) as de 15% passarão a 18%
- h) as de 20% passarão a 24%
- i) as de 25% passarão a 30%
- j) as de 30% passarão a 36%
- l) as de 35% passarão a 42%
- m) as de 40% passarão a 48%
- n) as de 50% passarão a 60%

Art. 27. As alíquotas do imposto de consumo previstas para os produtos da posição 24.02, incisos 2 e 4, da Tabela de Regulamento do Imposto de Consumo, aprovada pela Lei número 4.502, de 30 de novembro de 1964, vigorarão, no exercício de 1966, com um acréscimo de 20% (vinte por cento).

§ 1º Mantida a forma em vigor para cálculo de imposto, o valor resultante do acréscimo de que trata este artigo será incorporado ao atual preço de venda no varejo, devendo ser consignado em parcela distinta, em

cada unidade tributada, apenas para determinação do preço final de venda ao consumidor.

§ 2º Na venda ao consumidor é permitido o arredondamento para Cr\$ 5 (cinco cruzeiros), das frações do preço final de venda inferiores a essa importância.

Art. 28. Os impostos de importação, renda e selo serão cobrados, durante o exercício financeiro de 1966, com um adicional de 10% (dez por cento), na forma do regulamento a ser baixado por decreto do Poder Executivo.

Art. 29. Sobre os valores estabelecidos na Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, será concedido aumento de 30% (trinta por cento), a partir de 1º de janeiro de 1966, elevando-se essa percentagem, respectivamente, a 35% (trinta e cinco por cento), a partir de julho de 1966, e a 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de outubro de 1966:

a) aos pensionistas a que se refere a letra b, itens 1, 2 e 3 do art. 6º da Lei 4.345, de 26 de junho de 1964;

b) aos servidores aposentados, bem como aos em disponibilidade no que couber e na forma da Lei nº 2.622, de 12 de outubro de 1955.

Parágrafo único. A aplicação do aumento independe de prévia apostila nos títulos dos beneficiários.

Art. 30. E' o Poder Executivo autorizado a abrir no Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 750.000.000 (setecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros) para atender aos encargos resultantes da execução desta lei o qual vigorará por dois exercícios e será automaticamente registrado no Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 31. Obedecidas as normas fixadas nesta Lei, é extensivo aos servidores das Autarquias Federais e da Rede Ferroviária Federal e, no que couber, aos seus inativos o reajustamento previsto nos artigos anteriores.

Art. 32. As despesas resultantes da aplicação da presente Lei ao pessoal de que trata o art. 31 serão atendidas pelos recursos próprios dessas entidades.

§ 1º As entidades de que trata o presente artigo, que tiverem limitados os gastos de pessoal de administração a percentagem da receita total, poderão ser autorizadas a ultrapassar esses limites para atender, exclusivamente, as despesas decorrentes desta Lei, mediante decisão expressa do Presidente da República.

§ 2º Somente na hipótese de serem seus recursos próprios insuficientes para cobrir os gastos resultantes desta lei, poderão as entidades de que trata este artigo solicitar reforço à conta do crédito especial autorizado nesta lei, devendo a insuficiência ser comprovada em cada caso.

§ 3º Os recursos a serem fornecidos pelo Tesouro não poderão exceder de 70% (setenta por cento) dos respectivos encargos, salvo no caso de impossibilidade de novos aumentos tarifários, em virtude de convênios ou conferências de fretes, hipóteses em que os recursos serão fornecidos integralmente pelo Tesouro, após comprovação de que todas as providências possíveis foram adotadas para reduzir as despesas de custeio e para intensificação do tráfego.

§ 4º O limite estabelecido no parágrafo 3º poderá ser previsto, no fim do primeiro semestre de 1966, caso os reajustamentos tarifários dos serviços dessas entidades não hajam proporcionado o previsto reforço da receita industrial.

§ 5º Em nenhuma hipótese o acréscimo percentual sobre os vencimentos

dos diversas categorias poderá exceder o atribuído às categorias equivalentes da Administração Centralizada.

§ 6º Dependerá do Decreto Executivo a aplicação dos aumentos que se enquadram os parágrafos 2º, 3º e 4º.

Art. 33. Para atender aos encargos decorrentes desta lei, no tocante aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, ao Serviço de Alimentação da Previdência Social e ao Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência, e com a destinação específica de cobertura da contribuição da União, nos termos do Art. 69, letra d, da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, fica elevado para mais 2% (dois por cento) o valor da percentagem de incidência das taxas cobradas diretamente do público sob a denominação genérica de "quota de previdência", referida no art. 71, item I e IV e para mais 3% (três por cento) e da referida no art. 74, letras b e c da mesma Lei, assim como atualizadas para 5% (cinco por cento) sobre o valor respectivo as taxas de que trata o Art. 4º, inciso IV letras a e b do Decreto-Lei nº 651, de 26 de agosto de 1939, e Art. 14, do Decreto-Lei número 3.832, de 13 de novembro de 1941.

Parágrafo 1º Caberá ao Ministério do Trabalho e Previdência Social por intermédio do Departamento Nacional de Previdência Social e com a participação com rede fiscalizadora dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, fiscalizar a arrecadação das Taxas mencionadas neste artigo, consoante as instruções que foram expedidas pelo Ministro de Estado.

§ 2º O orçamento próprio do Fundo Comum da Previdência Social, a que se refere o Art. 164, da Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960, compreenderá as despesas referentes à administração do referido Fundo.

| Contribuições | Dos Segurados das Empresas | |
|---|----------------------------|--------------|
| I — geral de previdência | 8,0% | 8,0% |
| II — 13º salário | | 1,2% |
| III — salário-família | | 4,3% |
| IV — salário educação | | 1,4% |
| V — Legião Brasileira de Assistência | | 0,5% |
| VI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Comercial (SENAC) | | 1,0% |
| VII — Serviço Social da Indústria (SESI) ou do Comércio (SESC) | | 2,0% |
| VIII — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) | | 0,4% |
| IX — Banco Nacional de Habitação | | 1,2% |
| TOTAL | 8,0% | 20,0% |

28,0%

§ 3º Os créditos a cada uma das entidades ou fundos mencionados no parágrafo 2º serão efetuados pelos estabelecimentos bancários depositários da arrecadação, de acordo com o rateio que for estabelecido em Ato do Poder Executivo, guardada a respectiva proporcionalidade e deduzida a taxa de administração de 1% (um por cento) em favor de correspondentes Instituto de Aposentadoria e Pensões.

§ 4º Fica reduzida e fixada em 0,5% (meio por cento) da folha de salário de contribuição a percentagem global de que tratam o Decreto-lei nº 7.719, de 3 de julho de 1945 e a Lei de nº 2.158, de 2 de janeiro de 1954, destinada ao SAFP e dedutível da receita de contribuições dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, no rateio referido no § 3º.

inclusive as da fiscalização de que trata o § 1º e as de reaparelhamento do órgão administrador nos termos do artigo 89, item V da mesma Lei, até o limite de 1% (um por cento) sobre a arrecadação, vedada admissão de pessoal a qualquer título à conta de suas dotações.

Art. 34. A partir da vigência da presente lei, as contribuições arrecadadas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões das empresas que lhe são vinculadas, e destinadas a outras entidades ou fundos serão calculadas sobre a mesma base utilizada para o cálculo das contribuições de previdência, estarão sujeitas aos mesmos limites, prazos, condições e sanções e gozarão dos mesmos privilégios a elas atribuídos, inclusive no tocante à cobrança judicial, a cargo do respectivo Instituto.

§ 1º A contribuição constituída pelo art. 3º da Lei nº 4.281, de 8 de novembro de 1963, com a alteração determinada pelo art. 4º da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965, passará a ser recolhida, mensalmente, pelas empresas, na base de 1,2% (um e dois décimos por cento) sobre o salário-de-contribuição dos empregados, compreendendo sua própria contribuição e a dos empregados, devendo ser efetuado o desconto total, com relação a estes, por ocasião do pagamento da segunda parcela do 13º salário no mês de dezembro, ou no mês em que ocorrer o pagamento nos demais casos legalmente previstos.

§ 2º As contribuições a que se refere este artigo integrarão, com as contribuições de previdência, uma taxa única de 28% (vinte e oito por cento) incidente, mensalmente, sobre o salário-de-contribuição definido na legislação da previdência social e assim distribuída:

| Contribuições | Dos Segurados das Empresas | |
|---|----------------------------|--------------|
| I — geral de previdência | 8,0% | 8,0% |
| II — 13º salário | | 1,2% |
| III — salário-família | | 4,3% |
| IV — salário educação | | 1,4% |
| V — Legião Brasileira de Assistência | | 0,5% |
| VI — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) ou Comercial (SENAC) | | 1,0% |
| VII — Serviço Social da Indústria (SESI) ou do Comércio (SESC) | | 2,0% |
| VIII — Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) | | 0,4% |
| IX — Banco Nacional de Habitação | | 1,2% |
| TOTAL | 8,0% | 20,0% |

28,0%

§ 5º A referência ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), no item VIII, do § 2º, não prejudica o disposto no item II do art. 117 da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964.

§ 6º As isenções legais de que por ventura goze alguma empresa com relação às contribuições discriminadas no § 2º serão objeto de compensações desde que comprovadas, por ocasião do recolhimento, na forma por que a respeito dispuser o regulamento deste artigo.

Art. 35. O Poder Executivo dentro do prazo de 90 (noventa) dias, enviará ao Congresso Nacional projeto de lei alterando a legislação em vigor sobre

aposentadoria e reformas, com a finalidade de vedar que qualquer servidor público, civil ou militar, inclusive das Autarquias Federais, possa auferir, ao passar para inatividade, proventos superiores aos da atividade.

Art. 36. O Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes perceberá vencimentos base iguais aos de Ministro do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 3º da Lei nº 1.488, de 10 de dezembro de 1951, sem prejuízo das gratificações, indenizações e auxílios que couberem por força do dis-

posto na Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, e da presente Lei.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo, respeitar-se-á o limite máximo de retribuição fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor, inclusive quanto aos seus efeitos financeiros, a 1º de janeiro de 1966, revogadas as disposições em contrário. Brasília, em de de 1965, 144ª da Independência e 77ª da República.

TABELA A

(Tabela de 551do)

| POSTO OU GRADUAÇÃO | VALOR MENSAL (G\$) | | |
|---|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 1. Oficiais-Generais | | | |
| - General-de-Exército, Almirante de Esquadra, Tenente-Brigadeiro | 340.500 | 352.800 | 367.200 |
| - General-de-Divisão, Vice-Almirante, Major-Brigadeiro .. | 319.500 | 330.900 | 344.400 |
| - General-de-Brigada, Contra-Almirante, Brigadeiro | 296.200 | 308.700 | 322.200 |
| 2. Oficiais-Superiores | | | |
| - Coronel, Capitão-de-Mar e Guerra | 276.900 | 288.600 | 298.500 |
| - Tenente-Coronel, Capitão-de-Fragata | 255.600 | 264.600 | 275.400 |
| - Major, Capitão-de-Corveta .. | 234.300 | 242.700 | 252.600 |
| 3. Capitães e Oficiais Subalternos | | | |
| - Capitão, Capitão-Tenente .. | 213.000 | 220.500 | 229.500 |
| - Primeiro Tenente | 191.700 | 198.600 | 206.700 |
| - Segundo Tenente | 170.400 | 176.600 | 183.600 |
| 4. Subtenente, Suboficiais e Sargentos | | | |
| - Subtenente, Suboficial .. | 155.300 | 161.700 | 168.300 |
| - Primeiro Sargento | 141.900 | 147.000 | 153.000 |
| - Segundo Sargento | 127.800 | 132.300 | 137.700 |
| - Terceiro Sargento | 113.700 | 117.600 | 122.400 |
| 5. Cabos, Soldados, Marinheiros e Taifeiros | | | |
| - Cabo e Taifeiro-Mor .. | 85.200 | 88.200 | 92.000 |
| - Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 1ª Classe especializadas .. | 62.400 | 64.800 | 67.800 |
| - Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe especializadas | 51.000 | 52.800 | 55.200 |
| - Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiro de 2ª Classe não especializadas, Soldados de 2ª Classe "A" e Soldados | 39.900 | 41.100 | 42.900 |
| - Marinheiro, Soldado, Fuzileiro Naval e Taifeiros de 2ª Classe não especializadas, Soldados de 2ª Classe "A" e Soldado | 28.500 | 29.400 | 30.600 |
| - Grumete | 17.100 | 17.700 | 18.300 |
| 6. Cabos e soldados não engajados | | | |
| - Cabo | 28.500 | 29.400 | 30.600 |
| - Soldado, Soldado Recruta, Conscrito, Soldado de 2ª Classe "A" | 11.400 | 11.700 | 12.300 |
| 7. Praças Especiais e Alunos | | | |
| - Aspirante-a-Oficial, Guarda-Marinha | 156.300 | 161.700 | 168.300 |
| - Cadete e Aspirante do último ano | 17.100 | 17.700 | 18.300 |
| - Cadete e Aspirante | 11.400 | 11.700 | 12.300 |
| - Aluno de Escola de Formação de Sargento | 8.400 | 8.700 | 9.300 |
| - Aluno de Escola Preparatória de Cadetes e Colégio Naval | 3.700 | 4.000 | 4.300 |
| - Aprendiz-Marinheiro | 4.800 | 4.950 | 5.100 |

TABELA B

I - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| NÍVEL | VALOR MENSAL (R\$) | | |
|-------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 22 | 378.000 | 392.000 | 409.000 |
| 21 | 336.000 | 350.000 | 365.000 |
| 20 | 311.000 | 322.000 | 336.000 |
| 19 | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 18 | 257.000 | 266.000 | 277.000 |
| 17 | 231.000 | 242.000 | 253.000 |
| 16 | 217.000 | 225.000 | 233.000 |
| 15 | 201.000 | 209.000 | 218.000 |
| 14 | 185.000 | 192.000 | 200.000 |
| 13 | 171.000 | 178.000 | 185.000 |
| 12 | 159.000 | 165.000 | 172.000 |
| 11 | 147.000 | 153.000 | 159.000 |
| 10 | 135.000 | 140.000 | 146.000 |
| 9 | 123.000 | 127.000 | 133.000 |
| 8 | 112.000 | 116.000 | 121.000 |
| 7 | 101.000 | 105.000 | 110.000 |
| 6 | 95.000 | 98.000 | 102.000 |
| 5 | 89.000 | 92.000 | 96.000 |
| 4 | 84.000 | 87.000 | 91.000 |
| 3 | 78.000 | 81.000 | 85.000 |
| 2 | 73.000 | 76.000 | 79.000 |
| 1 | 68.000 | 70.000 | 73.000 |

TABELA B

II - CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| SÍMBOLO | VALOR MENSAL (R\$) | | |
|---------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 1-C | 553.000 | 584.000 | 609.000 |
| 2-C | 529.000 | 549.000 | 572.000 |
| 3-C | 495.000 | 514.000 | 536.000 |
| 4-C | 473.000 | 490.000 | 511.000 |
| 5-C | 450.000 | 466.000 | 486.000 |
| 6-C | 428.000 | 444.000 | 463.000 |
| 7-C | 409.000 | 420.000 | 438.000 |
| 8-C | 382.000 | 396.000 | 413.000 |
| 9-C | 360.000 | 374.000 | 390.000 |
| 10-C | 348.000 | 361.000 | 377.000 |
| 11-C | 338.000 | 350.000 | 365.000 |
| 12-C | 327.000 | 339.000 | 353.000 |

TABELA B

III - FUNÇÕES GRATIFICADAS

| SÍMBOLO | VALOR MENSAL (R\$) | | |
|---------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 1-F | 409.000 | 420.000 | 438.000 |
| 2-F | 385.000 | 399.000 | 416.000 |
| 3-F | 365.000 | 378.000 | 394.000 |
| 4-F | 344.000 | 357.000 | 372.000 |
| 5-F | 324.000 | 336.000 | 350.000 |
| 6-F | 304.000 | 315.000 | 329.000 |
| 7-F | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 8-F | 263.000 | 273.000 | 285.000 |
| 9-F | 243.000 | 252.000 | 263.000 |
| 10-F | 230.000 | 238.000 | 248.000 |
| 11-F | 216.000 | 224.000 | 234.000 |
| 12-F | 203.000 | 210.000 | 219.000 |
| 13-F | 189.000 | 196.000 | 204.000 |
| 14-F | 175.000 | 182.000 | 190.000 |
| 15-F | 162.000 | 168.000 | 175.000 |
| 16-F | 149.000 | 154.000 | 161.000 |
| 17-F | 135.000 | 140.000 | 146.000 |
| 18-F | 128.000 | 133.000 | 139.000 |
| 19-F | 122.000 | 126.000 | 131.000 |
| 20-F | 115.000 | 119.000 | 124.000 |

TABELA B

IV - OUTROS CARGOS EM COMISSÃO

| CARGOS | VALOR MENSAL (R\$) | | |
|---|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 1) Ministro de Estado e Chefe do Gabinete Ci- vil e do Gabinete Mi- litar da Presidência da República e do Serviço Nacional de Informações | 1.148.000 | 1.190.000 | 1.251.000 |
| 2) Prefeito do Distrito Fe- deral e Diretor Geral do Departamento Federal de Segurança Pública | 985.000 | 980.000 | 1.022.000 |
| 3) Secretário da Prefeitura do Distrito Federal | 675.000 | 700.000 | 730.000 |
| 4) Chefe de Polícia do Dis- trito Federal | 648.000 | 672.000 | 701.000 |

TABELA B
V - OUTROS CARGOS EFETIVOS

| CARGOS | VALOR MENSAL (C\$) | | |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 2) Professor Catedrático..... | 405.000 | 420.000 | 438.000 |
| 2) Professor Adjunto ou Professor de Ensino Superior | 378.000 | 392.000 | 409.000 |
| 3) Assistente de Ensino Superior | 312.000 | 322.000 | 336.000 |
| 4) Instrutor de Ensino Superior | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 5) Diplomatas: - Ministro de Primeira Classe | 405.000 | 420.000 | 438.000 |
| - Ministro de Segunda Classe | 338.000 | 350.000 | 365.000 |
| - Primeiro Secretário | 257.000 | 266.000 | 277.000 |
| - Segundo Secretário | 234.000 | 242.000 | 253.000 |
| - Terceiro Secretário | 217.000 | 225.000 | 235.000 |
| 6) Ministro de Assuntos Comerciais de Primeira Classe | 405.000 | 420.000 | 438.000 |
| 7) Ministro de Assuntos Comerciais de Segunda Classe | 338.000 | 350.000 | 365.000 |
| 8) Professor de Cursos Isolados vinculados ao Curso Superior de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional ou ao Curso de Museu do seu Histórico Nacional... | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 9) Professor de Ensino Secundário | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 10) Professor de Ensino Industrial Técnico | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 11) Professor de Ensino Industrial Básico | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 12) Professor de Ensino Agrícola Técnico | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 13) Professor de Ensino Agrícola Básico | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 14) Professor de Ensino Comercial (Universidade do Rio Grande do Sul) | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 15) Professor de Práticas Educativas (Quando de Educação Física ou de Curso Orfeônico) | 284.000 | 294.000 | 307.000 |
| 16) Assessor para Assuntos Legislativos | 338.000 | 350.000 | 365.000 |

TABELA B

VI - ANEXOS CONCERNENTES À MAGISTRATURA
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, SERVIÇO JURÍDICO DA UNIAO E ASSEMBLEADOS

| CARGOS | VALOR MENSAL (C\$) | | |
|---|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| ANEXO I | | | |
| SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL | | | |
| 1) Ministro do Supremo Tribunal Federal | 1.125.000 | 1.176.000 | 1.226.000 |
| TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS | | | |
| 1) Ministro do Tribunal Federal de Recursos | 999.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| JUSTIÇA MILITAR | | | |
| 1) Ministro do Superior Tribunal Militar | 999.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Auditor-Corregedor | 797.000 | 826.000 | 861.000 |
| 3) Auditor de 2a. Categoria | 716.000 | 742.000 | 774.000 |
| 4) Auditor de 1a. Categoria | 608.000 | 630.000 | 657.000 |

| CARGOS | VALOR MENSAL (C\$) | | |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| JUSTIÇA DO TRABALHO | | | |
| 1) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho | 959.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Juizes dos Tribunais Regionais | 905.000 | 938.000 | 978.000 |
| 3) Juiz-Presidente das Juntas de Conciliação e Julgamento | 716.000 | 742.000 | 774.000 |
| 4) Juiz-Presidente Substituto | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| ANEXO II | | | |
| TRIBUNAL DE CONTAS | | | |
| 1) Ministro do Tribunal de Contas da União | 959.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Auditor Junto ao Tribunal de Contas da União | 716.000 | 742.000 | 774.000 |
| TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL | | | |
| 1) Ministro do Tribunal de Contas do Distrito Federal | 905.000 | 938.000 | 978.000 |
| 2) Auditor Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal | 675.000 | 700.000 | 730.000 |
| ANEXO III | | | |
| JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS | | | |
| 1) Desembargador | 905.000 | 938.000 | 978.000 |
| 2) Juiz de Direito | 716.000 | 742.000 | 774.000 |
| 3) Juiz Substituto e Juiz de Registro Civil | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 4) Auditor da Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros | 675.000 | 700.000 | 730.000 |
| ANEXO IV | | | |
| MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL | | | |
| JUNTO À JUSTIÇA COMUM | | | |
| 1) Procurador Geral da República | 1.125.000 | 1.176.000 | 1.226.000 |
| 2) Subprocurador Geral da República | 959.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 3) Procurador da República de 1a. Categoria | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 4) Procurador da República de 2a. Categoria | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 5) Procurador da República de 3a. Categoria | 432.000 | 448.000 | 467.000 |
| 6) Procurador Adjunto | 363.000 | 378.000 | 394.000 |
| MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL JUNTO À JUSTIÇA MILITAR | | | |
| 1) Procurador Geral da Justiça Militar | 959.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Subprocurador Geral | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 3) Promotor de 1a. Categoria | 603.000 | 630.000 | 657.000 |

| CARGOS | VALOR MENSAL (C\$) | | |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| 4) Promotor de 2a. Categoria | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 5) Promotor de 3a. Categoria | 432.000 | 448.000 | 467.000 |
| 6) Advogado de Ofício de 2a. Entrância | 378.000 | 392.000 | 409.000 |
| 7) Advogado de Ofício de 1a. Entrância | 332.000 | 350.000 | 365.000 |
| <u>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</u> <u>JUNTO À JUSTIÇA DO TRABALHO</u> | | | |
| 1) Procurador Geral da Justiça do Trabalho | 999.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Procurador do Trabalho de 1a. Categoria | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 3) Procurador do Trabalho de 2a. Categoria | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 4) Procurador Adjunto | 432.000 | 448.000 | 467.000 |
| <u>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</u> <u>JUNTO AO TRIBUNAL DE CON -</u> <u>SAS DA UNIÃO</u> | | | |
| 1) Procurador Geral | 999.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| 2) Adjunto do Procurador | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| <u>MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</u> <u>JUNTO AO TRIBUNAL DE CON -</u> <u>SAS DO DISTRITO FEDERAL</u> | | | |
| 1) Procurador Geral | 905.000 | 938.000 | 978.000 |
| 2) Procurador Adjunto | 567.000 | 588.000 | 613.000 |
| <u>ANEXO V</u> | | | |
| <u>MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO À</u> <u>JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL</u> <u>E TERRITÓRIOS</u> | | | |
| 1) Procurador Geral de Justiça | 905.000 | 938.000 | 978.000 |
| 2) Procurador | 675.000 | 700.000 | 730.000 |
| 3) Curador | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 4) Promotor Público | 540.000 | 560.000 | 584.000 |
| 5) Promotor Substituto | 473.000 | 490.000 | 511.000 |
| 6) Defensor Público | 378.000 | 392.000 | 409.000 |
| 7) Promotor Junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 8) Advogado de Ofício Junto à Auditoria da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros | 473.000 | 490.000 | 511.000 |
| <u>ANEXO VI</u> | | | |

| CARGOS | VALOR MENSAL (C\$) | | |
|--|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| | A PARTIR DE 1.1.1966 | A PARTIR DE 1.7.1966 | A PARTIR DE 1.10.1966 |
| <u>SERVIÇO JURÍDICO DA U -</u> <u>NIÃO</u> | | | |
| 1) Consultor Geral da República | 1.134.000 | 1.176.000 | 1.226.000 |
| 2) Consultor Jurídico e Procurador Geral da Fazenda Nacional | 810.000 | 840.000 | 876.000 |
| 3) Procurador da Fazenda Nacional de 1a. Categoria | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 4) Procurador da Fazenda Nacional de 2a. Categoria | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 5) Procurador da Fazenda Nacional de 3a. Categoria | 432.000 | 448.000 | 467.000 |
| 6) Assistente Jurídico e Procurador do Ministério da Fazenda | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 7) Assessor de Direito Aeronáutico e Auditor da Fazenda Nacional | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| <u>ANEXO VII</u> <u>TRIBUNAL MARÍTIMO</u> | | | |
| 1) Juiz | 716.000 | 742.000 | 774.000 |
| 2) Procurador | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 1) Adjunto do Procurador | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 1) Advogado de Ofício | 473.000 | 490.000 | 511.000 |
| <u>ANEXO VIII</u> <u>CONSELHO NACIONAL DE</u> <u>ECONOMIA</u> | | | |
| 1) Membro | 999.000 | 994.000 | 1.037.000 |
| <u>ANEXO IX</u> <u>SERVIÇO JURÍDICO DAS</u> <u>AUTARQUIAS, DA PRE -</u> <u>FEITURA DO DISTRITO</u> <u>FEDERAL, DA COMPA -</u> <u>NIA URBANIZADORA DA</u> <u>NOVA CAPITAL DO BRA -</u> <u>SIL (ART. 40 da LBI</u> <u>nº 4.242, de 1963) E</u> <u>DA FUNDAÇÃO BRASIL</u> <u>GENERAL (ART. 42 DA</u> <u>LBI nº 4.242, DE 1963)</u> | | | |
| 1) Procurador-Geral | 789.000 | 796.000 | 788.000 |
| 2) Procurador de 1a. Categoria | 608.000 | 630.000 | 657.000 |
| 3) Procurador de 2a. Categoria | 513.000 | 532.000 | 555.000 |
| 4) Procurador de 3a. Categoria | 432.000 | 448.000 | 467.000 |

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência irá proceder à designação da Comissão Mista que deverá emitir parecer sobre o projeto e, neste ato, ainda estabelecerá o calendário a ser observado na tramitação da matéria.

São os seguintes os componentes da Comissão Mista: Deputados: Mendes de Moraes, Jandui Carneiro, Mário Piva, César Prieto, Floriceno Paixão, Benjamin Farah, Ruy Santos, Elias Carmo, Adriano Gonçalves, Bernardo Bello e Athié Coury. Senadores: Jefferson de Aguiar, José Leite, José Guimard, Walfredo Gurgel, Oscar Passos, Edmundo Levi, Melo Braga, Antônio Carlos, Eurico Rezende, Joaquim Parente e Raul Giuberti.

O calendário é o seguinte:

Dia 5, amanhã, instalação da Comissão; escolha do Presidente, Vice-Presidente e Relator.

Dias 8, 9, 10, 11 e 12 — recebimento de emendas pela Comissão.

Dia 18 — Apresentação do Parecer pela Comissão.

Dia 19 — Publicação do parecer.

Dia 22 — Sessão conjunta do Congresso Nacional, para discussão da matéria, às 21 horas.

Com este calendário estabelece-se o rito da tramitação da matéria.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, lembrando aos Senhores Congressistas que se acham convocados para às 21,30 horas, a fim de deliberarem sobre vetos opostos pelo Sr. Presidente da República a cinco proposições legislativas.

Está encerrada a sessão.

(Levantar-se a sessão às 21 horas e 15 minutos).

ATA DA 96ª SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE NOVEMBRO DE 1965.

PRESIDENCIA DO SR. MOURA ANDRADE

As 21 horas e 30 minutos
Acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Dinarte Mariz
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Pérciles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres
Aurélio Vianna
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Melo Braga
Antônio Carlos
Guido Mondim
Daniel Krieger
Mem de Sá — (40)¹.

Os Srs. Deputados**Acre**

Armando Leite
Geraido Mesquita
Jorge Kalume
Mário Maia
Rui Lino
Wanderley Dantas

Amazonas

Djalma Passos
José Estêves
Leopoldo Peres
Paulo Coelho
Wilson Calmon — (23-1-66)
Antunes de Oliveira

Pará

Adriano Gonçalves — (9-11-65)
Burlamaqui de Miranda
Carvalho da Silva — (4.12.65)
Gabriel Hermes
Lopo Castro
Stélio Maroja

Maranhão

Alexandre Costa
Cid Carvalho
Clodomir Millet
Eurico Ribeiro
Henrique La Rocque
Joel Barbosa
Lister Caldas
Luiz Coelho
Mattos Carvalho
Pedro Braga

Piauí

Chagas Rodrigues
Ezequias Costa
Gayoso e Almenhara
Heitor Cavalcanti
João Mendes Olimpio

Ceará

Alvaro Lins
Dager Serra — (22.10.65)
Esmerino Arruda
Leão Sampaio
Lourenço Colares — (10.12.65)
Martins Rodrigues

Rio Grande do Norte

Aristófanes Fernandes
Djalma Marinho
Odilon Ribeiro Coutinho

Paraíba

Flaviano Ribeiro
Humberto Lucena
Jandui Carneiro
João Fernandes
Luiz Bronzeado
Plínio Lemos

Pernambuco

Aderbal Jurema
Arruda Câmara
Aurino Valois
Bezerra Leite
Geraldo Guedes
José Mera
Luiz Pereira
Magalhães Melo
Milverius Lima
Nilo Coelho
Oswaldo Lima Filho
Souto Maior
Tabosa de Almeida

Alagoas

Abraão Moura
Aloysio Nono
Medeiros Neto
Muniz Falcão
Oceano Carleial
Oséas Cardoso
Pereira Lúcio

Sergipe

José Carlos Teixeira
Lourival Batista
Walter Batista

Bahia

Aloysio Short — (4.12.65)
Aloisio de Castro
Cícero Dantas
Edgard Pereira

Gastão Pedreira

Henrique Lima
João Alves
Luna Freire
Manoel Novaes
Mário Piva
Necy Novaes
Oliveira Brito
Raimundo Brito
Regis Pacheco
Ruy Santos
Teódulo de Albuquerque
Vasco Filho

Vieira de Melo
Wilson Falcão

Espírito Santo

Argilano Dario
Dirceu Cardoso
Dulcino Monteiro
Floriano Rubin
Gil Veloso
João Calmon
Oswaldo Zanella
Raimundo de Andrada

Rio de Janeiro

Adahuri Fernandes — (4.12.65)
Adolpho Oliveira
Afonso Celso
Ario Teodoro
Bernardo Bello
Dado Coimbra
Edésio Nunes
Geremias Pontes
Jorge Said-Cury — (3.11.65)
Josemaria Ribeiro
Roberto Saturnino

Guanabara

Afonso Arinos Filho
Arnaldo Nogueira
Aureo Melo
Baeta Neves
Benjamin Farah
Breno da Silveira
Cardoso de Menezes
Expedito Rodrigues
Jamil Amiden
Waldir Simões

Minas Gerais

Abel Rafael
Aminias de Barros
Bias Fortes
Carlos Murilo
Celso Murta
Celso Passos
Cyro Maciel
Dnar Mendes
Elias Carmo
Francelino Pereira
Guilhermino de Oliveira
João Hercúlio
Manoel de Almeida
Manoel Taveira
Milton Reis
Nogueira de Rezende
Ormeo Botelho
Ovidio de Abreu
Ozanam Coelho
Padre Nêbre
Pedro Azeite
Pinheiro Chagas
Renato Azeredo
Simão da Cunha
Último de Carvalho
Walter Passos

São Paulo

Adriano Bernardes
Alceu de Carvalho
Aniz Badra
Athié Coury
Batista Ramos
Campos Vergal
Condeixa Filho
Cunha Bueno
Dias Menezes
Derville Alegratti
Hary Normaton
Hamilton Prado
Hélio Maghenzani
Herbert Levy
Ivete Vargas
José Menck
José Resegue
Levy Tavares
Pinheiro Brisolla
Plínio Salgado
Teófilo Andrade
Tufy Nassif

Goiás

Benedito Vaz
Castro Costa
Celestino Filho
Emival Calado
Geraldo de Pina
Haroldo Duarte
José Freire
Ludovico de Almeida
Rezende Monteiro

Mato Grosso

Correia da Costa
Edison Garcia
Miguel Marcondes
Philadelpho Garcia
Rachid Mamed
Wilson Martins

Paraná

Antônio Annibelli
Antônio Baby
Emílio Gomes
Ivan Luz
José Richa
Lyrio Bertolli
Mário Gomes

Santa Catarina

Antônio Almeida
Carneiro de Loyola
Doutel de Andrade
Laerte Vieira
Lenoir Vargas
Orlando Bertoli
Osni Regis

Rio Grande do Sul

Afonso Anschau
Brito Velho
César Prieto
Cid Furtado
Clóvis Pestana
Croacy de Oliveira
Euclides Triches
Floriceno Paixão
Jairo Brum
José Mandelli
Lino Braun
Luciano Machado
Marcial Terra
Matheus Schmidt
Milton Cassel
Osmar Grafulha
Peracchi Barcelos
Raul Pila
Ruben Alves
Unirio Machado

Amapá

Janary Nunes

Roraima

Hegel Morhy

Roraima

Francisco Eiesbæc
— 290 —

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — As listas presença acusam o comparecimento 41 Srs. Senadores e 220 Srs. Deputados. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê os quintos.

RELATÓRIO Nº 65, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida apreciar o veto apostado pelo Sen. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.660-B, 1965 (nº 46, de 1965, no Senado Federal) que isenta de impostos importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, prestação de assistência médica hospitalar.

Relator: Sr. Eurico Rezende.

O Sr. Presidente da República, uso das atribuições que lhe confer

arts. 70, 41, e 87, II, da Constituição Federal, resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.660-65 (no Senado, nº 46-65) que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

O PROJETO

O projeto, ora vetado parcialmente, é de iniciativa do Poder Executivo, nos termos do Ato Institucional nº 29, tendo sido assim justificando, Exposição de Motivos dos Senhores Ministros da Saúde, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Econômica:

"Trata-se, sem dúvida, de medida necessária e oportuna, uma vez que, como salienta o titular da pasta da Saúde, equipamentos médico-hospitalares às vezes de alto custo em moedas fortes e sem similar fabricado no país, doados a entidades brasileiras de caráter assistencial, têm sua entrada no país onerada por tributos exigidos nos termos da legislação em vigor. Esse ônus fiscal, freqüentemente, torna tais doações desinteressantes para as donatárias nacionais, obrigando-as a delas desistirem e, outras vezes, desestimula o próprio doador estrangeiro".

E ainda, que "a concessão desses favores ficará, todavia, sujeita às tutelas necessárias inclusive às condições que forem estabelecidas pelo Ministério da Saúde, assim como a fiscalização deste".

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi aprovado com emendas e remetido à apreciação do Senado, em 05 de maio de 1965, de 5 de maio último.

No Senado, a proposição, analisada pelas suas Comissões Técnicas, recebeu emenda de Plenário, foi aprovada com essa emenda, e finalmente enviada à sanção presidencial.

O DISPOSITIVO VETADO

Incidiu o veto do Sr. Presidente da República sobre o art. 6º do Projeto, considerado contrário aos interesses nacionais.

E o seguinte o artigo vetado:

"Art. 6º O disposto nesta Lei estende-se a materiais e equipamentos doados por entidades filantrópicas, assistenciais ou assemelhadas estrangeiras, a entidades nacionais educacionais e assistenciais brasileiras, registradas no Conselho Nacional de Serviço Social".

RAZÕES DO VETO

Justificando o seu veto, o Senhor Presidente da República argumenta com a falta de garantias estabelecidas pelo Projeto inicial, quando trata as instituições médico-hospitalares em que se exigira prévia audiência da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde e a sua manifestação expressa a respeito da essencialidade do equipamento a ser importado, bem como da qualificação da entidade a ser beneficiada com os favores da lei.

O veto, entretanto, não fecha portas ao Governo, para, em tempo, encerrar individualmente, quando se achar necessário, favores idênticos, a quem os mereça".

CONCLUSÃO

Diante do exposto, cremos estarem os Srs. Congressistas habilitados a julgar o veto parcial após o Sr. Presidente da República ao Pro-

jeto de Lei da Câmara nº 46, de 1965, que isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Sala das Comissões, 14 de julho de 1965. — *Jefferson de Aguiar*, Presidente. — *Eurico Rezende*, Relator. — *Edmundo Levi*. — *Marcial Terra*. — *Chagas Rodrigues*. — *Ezequias Costa*.

MENSAGEM Nº 209, DE 1965

(Nº 416-65, na origem)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os arts. 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.660, de 1965, (no Senado, nº 46-65), que isenta dos impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Incide o veto sobre o art. 6º, que considero contrário aos interesses nacionais.

Razões:

O referido artigo estende às entidades educacionais e assistenciais os favores fiscais propostos pelo Poder Executivo para instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

Embora em princípio seja aceitável essa extensão, não foi ela cercada das mesmas garantias estabelecidas para o caso da concessão de isenção a instituições médico-hospitalares em que se exigiu prévia audiência da Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde e sua manifestação expressa a respeito da essencialidade do material ou equipamento a ser importado, bem como da habilitação da entidade para recebimento de favor.

O art. 6º limita-se a exigir o registro da entidade no Conselho Nacional do Serviço Social, exigência que não parece suficiente para a proteção dos interesses da União.

O veto a esse dispositivo não impedirá o Poder Executivo de estudar e propor a concessão a entidades educacionais e assistenciais, sem finalidades lucrativas, de favores fiscais semelhantes aos concedidos a instituições médico-hospitalares estabelecendo porém as garantias indispensáveis à defesa do erário público.

São estas as razões que me levaram a vetar parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 16 de junho de 1965. — *H. Castello Branco*.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Isenta de impostos de importação e outras contribuições fiscais os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos dos impostos de importação e de consumo, dos emolumentos consulares, das taxas de despacho aduaneiro, das taxas de melhoramentos de portos e de renovação da Marinha Mercante, das despesas de armazenagens e capitais e de quaisquer outras contribuições fiscais, os

bens adquiridos no exterior, mediante doação, pelas instituições em funcionamento no País que se dediquem, sem finalidade lucrativa, a prestar assistência médico-hospitalar.

Parágrafo único. A importação dos bens a que se refere este artigo não fica sujeita a certificado de cobertura cambial, nem a licença prévia da Carteira de Comércio Exterior.

Art. 2º Antes da importação, a entidade beneficiada apresentará à Divisão de Organização Hospitalar, em 3 (três) vias, a relação do material a ser importado, acompanhada das provas da doação.

Art. 3º Com o parecer daquela Divisão, quanto à essencialidade do material ou equipamento a ser importado e habilitação da entidade para obtenção do favor, o Ministério da Saúde encaminhará 2 (duas) vias, devidamente autenticadas, ao Ministério da Fazenda, para exame dos demais documentos relativos à doação.

Art. 4º Verificada a regularidade dos documentos, o Ministério da Fazenda expedirá ordem de desembaraço do material ou dos equipamentos a estação aduaneira de destino.

Art. 5º O material e equipamentos entrados no País na forma desta Lei somente poderão ser utilizados pela própria entidade beneficiada, nos seus serviços médico-hospitalares ou ambulatoriais, vedada a cessão ou alienação, sem expressa permissão da autoridade aduaneira competente, ouvido o Ministério da Saúde, sob as penas da lei e observadas as normas gerais da legislação específica que rege a espécie.

Parágrafo único. Na conformidade da mesma legislação, o correto uso e emprego do material ou equipamentos ficam sujeitos à fiscalização aduaneira, sem prejuízo da que for exercida pelo Ministério da Saúde.

Art. 6º O disposto nesta Lei estende-se a matérias e equipamentos doados por entidades filantrópicas, assistenciais ou assemelhadas estrangeiras, a entidades educacionais e assistenciais brasileiras registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) O Artigo 6º.

RELATÓRIO Nº 71, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B-65 (número 82, de 1965, no Senado Federal) que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Relator: Sr. Osni Regis.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais — artigo 70, parágrafo 1º e 87, II — houve por bem vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B, de 1965, por considerá-lo naquela parte contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO E SUA ORIGEM

O projeto vetado parcialmente dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências. Decorreu a proposição de Mensagem do Poder Executivo.

ORIGENS E JUSTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO VETADO

A parte vetada do projeto originou-se de emenda da Comissão de Finanças da Câmara que nos permitimos transcrever:

"Inclua-se no artigo 2º após a palavra 'Pesquisador' e antes de 'observada', a expressão seguinte:

"desde que detentores de diplomas de Curso Superior."

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 6 de maio de 1965. — *Peracchi Barcellos*, Presidente. — *Jairo Brum*, Relator".

Ao justificar a emenda acima o relator na referida Comissão assim se expressou:

"Achamos, porém, que resguardamos a situação dos professores e catedráticos que são incertos nos níveis propostos se oferecermos emenda do teor seguinte: 'inclua-se no artigo 2º após a palavra 'Pesquisador' e antes de 'observada'..... a expressão seguinte:'"

TRAMITAÇÃO

O projeto teve tramitação regular nas duas Casas do Congresso, merecendo registro apenas a apresentação de duas emendas uma da Câmara ao artigo 2º do Projeto, condicionando o enquadramento ali vindicado apenas aos portadores de diplomas de Curso Superior, e outra do Senado erradicando do Projeto aquela alteração, ambas foram aprovadas nas Casas de origem, tendo a Câmara no entanto ao rejeitar a emenda do Senado, dado prevalência à sua emenda.

DISPOSITIVO VETADO

Incidiu o veto sobre a expressão: "desde que detentores de diplomas de curso superior" do art. 2º.

RAZÕES DO VETO

O veto foi tempestivamente aposto e foram as seguintes as razões apresentadas pelo Senhor Presidente da República:

"A expressão em referência contém norma contrária aos interesses nacionais, pois sua manutenção, como será demonstrada, viria tumultuar as atividades de pesquisas, no serviço público, ensejando que pesquisadores, com menor experiência e tempo de serviço no campo profissional específico, passassem a receber maiores vencimentos do que os atribuídos a funcionários mais antigos, muitos dos quais à frente das respectivas equipes, em funções de Pesquisador Chefe ou de Pesquisador Adjunto.

Vários titulares de cargos relacionados com a pesquisa científica não possuem o diploma de nível superior correspondente à respectiva atividade, isso porque não havia, quando do seu ingresso nos cargos, cursos universitários correspondentes, como sucede, entre outros, com os Paleontólogos, Zoólogos, Naturalistas e Botânicos.

Dessa forma, se prevalecesse a expressão, vários funcionários, com grande experiência em atividades de pesquisa científica, seriam prejudicados, com real transtorno para o serviço público, pois permaneceriam com os atuais vencimentos correspondentes aos níveis 19 e 20, enquanto os mais novos, por serem portadores de diploma de curso superior, teriam os respectivos cargos reclassificados nos níveis 20, 21 e 22 da atual escala de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Executivo.

Por outro lado, a orientação do legislador brasileiro, em casos se-

melhantes, tem sido a de não fazer distinções dessa natureza, seja nos casos de enquadramento de funcionários, seja na oportunidade de regulamentação das profissões liberais, prevalecendo a exigência de diploma de nível superior somente para os ingressos nos cargos a partir da vigência do diploma legal disciplinador".

CONCLUSÃO

A Comissão, ante o exposto, dá por terminado o seu relatório sobre o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-E-65 (nº 82, de 1965, no Senado) na expectativa de haver pronunciado aos Srs. Congressistas condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1965. — *Mem de Sá, Presidente. — Osni Regis, Relator. — Argeniro Figueiredo. — Lobão da Silveira. — Ezequias Costa. — Jairo Brum.*

MENSAGEM

Nº 288, DE 1965

(Nº 513 NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-E-65 (no Senado nº 82-65), que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Incide o veto sobre a expressão "desde que detentores de diplomas de curso superior" — do artigo 2º que considero contrária aos interesses nacionais.

Razões:

A expressão em referência contém norma contrária aos interesses nacionais, pois sua manutenção, como será demonstrado, viria tumultuar as atividades de pesquisas, no serviço público, ensejando que pesquisadores, com menor experiência e tempo de serviço no campo profissional específico, passassem a receber maiores vencimentos do que os atribuídos a funcionários mais antigos, muitos dos quais à frente das respectivas equipes, em funções de Pesquisador Chefe ou de Pesquisador Adjunto.

Vários titulares de cargos relacionados com a pesquisa científica não possuem o diploma de nível superior correspondente à respectiva atividade, isso porque não havia, quando do seu ingresso nos cargos, cursos universitários correspondentes, como sucede, entre outros, com os Paleontólogos, Zoólogos, Naturalistas e Botânicos.

Dessa forma, se prevalecesse a expressão, vários funcionários, com grande experiência em atividades de pesquisa científica, seriam prejudicados, com real transtorno para o serviço público, pois permaneceriam com os atuais vencimentos correspondentes aos níveis 19 e 20 enquanto os mais novos, por serem portadores de diploma de curso superior, teriam os respectivos cargos reclassificados nos níveis 20, 21 e 22 da atual escala de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Executivo.

Por outro lado, a orientação do legislador brasileiro, em casos semelhantes, tem sido a de não fazer distinções dessa natureza, seja nos casos de enquadramento de funcionários, seja na oportunidade de regulamentação das profissões liberais, prevalecendo a exigência de diploma de nível superior somente para os ingressos nos cargos a partir da vigência do diploma legal disciplinador.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa. Os quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 9 de julho de 1965.
H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído, no Anexo I da Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, no Serviço Técnico Científico, o Grupo Ocupacional TC-1500 — Pesquisa Científica — integrado de séries de classes de Pesquisador, estruturadas nos níveis 20-A, 21-B e 22-C.

Art. 2º Serão enquadrados nas séries de classes de Pesquisador, desde que detentores de diplomas de curso superior, observada a proporcionalidade de que trata o item II do § 1º do art. 20 da Lei nº 3.730, de 12 de julho de 1960, os cargos diretamente relacionados com a pesquisa científica, pura ou aplicada.

§ 1º Os cargos vagos e os ocupados em caráter interino serão enquadrados no nível 20 da respectiva série de classes.

§ 2º Haverá tantas séries de classes de Pesquisador quantas sejam as especializações de pesquisa, sendo obrigatória a menção da especialidade na codificação do cargo.

§ 3º O Departamento Administrativo do Serviço Público providenciará os enquadramentos decorrentes da execução desta Lei, devendo, para esse fim, obter do Conselho Nacional de Pesquisas os competentes esclarecimentos sobre os cargos de nível superior, da Administração direta e das autarquias federais, cuja atividade principal seja de pesquisa científica, pura ou aplicada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) No artigo 2º, a expressão: "desde que detentores de diplomas de curso superior".

RELATÓRIO Nº 64, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Art. 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1965 (na Câmara nº 2.640-B), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Relator: Sr. José Ermírio

O Sr. Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, vetou o Art. 7º do projeto de lei da Câmara nº 35, de 1965 (na Câmara nº 2.640-B), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

A proposição, é de origem do Poder Executivo, pois que ao Congresso Nacional foi remetida pela Mensagem nº 39, de 15 de março do exercício em curso, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Sr. Ministro da Indústria e Comércio, na qual a matéria foi circunstanciadamente justificada.

O Art. 7º, objeto do veto presidencial, estava originalmente assim redigido:

"Art. 7º A cobertura do seguro será concedida em cruzeiros ou em moeda estrangeira, conforme as condições de financiamento ou da negociação ou do repasse do financiamento exigirem".

RAZÕES DO VETO

O dispositivo em questão foi alterado pela Câmara dos Deputados e a alteração mantida pelo Senado. Segundo a mesma, a cobertura do seguro a que o projeto se refere ficou cingida a pagamento em cruzeiros, eliminando-se, assim, a alternativa prevista na redação original, de ser também concedida em moeda estrangeira, conforme as condições de financiamento ou da negociação ou de repasse do financiamento, se a exigissem.

Suprimiu-se, também, o Parágrafo Único do referido dispositivo, uma vez que o mesmo dizia respeito à alternativa que foi eliminada.

Nessas condições, o Art. 7º foi à sanção assim redigido:

"Art. 7º A cobertura de seguro será concedida em cruzeiros".

O Sr. Presidente da República, apoiando-se no interesse nacional, que invocou, apresentou as seguintes razões do veto, as quais, como poderá verificar-se, giram justamente em torno da importância da alternativa proposta pelo Executivo de ser possível dar-se cobertura, também, em moeda estrangeira.

As razões do Sr. Presidente da República são as seguintes:

Mantido o artigo sem a ressalva de também ser feita em moeda estrangeira a cobertura de seguro, ficaria consideravelmente enfraquecida a garantia que a Lei pretende assegurar ao exportador brasileiro, para dar-lhe condições de competir no mercado internacional, notadamente no que diz respeito à conquista de mercados de Países novos e com suas estruturas ainda em fase de consolidação.

Com efeito, as responsabilidades assumidas pelos exportadores — no caso dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários a que se refere o artigo segundo do projeto — são responsabilidades que se tornam efetivas na moeda estabelecida nos respectivos contratos de exportação. Em consequência, excluir a possibilidade de cobrir o seguro de tais responsabilidades, na moeda em que se efetivam, equivale a sobrecarregar o exportador com riscos eventuais de câmbio que poderão desalentá-lo de promover precisamente as exportações que o projeto quer estimular, ou seja, a de produtos industriais, com maior índice de elaboração técnica, geralmente vendidos a prazo médio e longo.

A eliminação do artigo sétimo do projeto tornará possível o seguro na moeda em que forem exportados tais produtos, ficando a matéria regulada pela Legislação específica cambial e monetária.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, a Comissão Mista dá por encerrado o seu relatório sobre o veto parcial do Sr. Presidente da República ao projeto mencionado, na expectativa de haver oferecido aos Srs. Congressistas os elementos necessários à apreciação da matéria.

Sala das Comissões, em 9 de julho de 1965. — *Guido Mondin, Presidente. — José Ermírio, Relator. — Mem de Sá — Celestino Filho.*

MENSAGEM Nº 211, DE 1965

(Nº 417-65, an origem)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara número 2.640-E-65 (no Senado nº 35-65), que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

Incide o veto sobre o art. 7º, que considero contrário aos interesses nacionais.

Razões:

Mantido o artigo sem a ressalva de também ser feita em moeda estrangeira a cobertura do seguro ficaria consideravelmente enfraquecida a garantia que a Lei pretende assegurar ao exportador brasileiro, para dar-lhe condições de competir no mercado internacional, notadamente no que diz respeito à conquista de mercados de países novos e com suas estruturas ainda em fase de consolidação.

Com efeito, as responsabilidades assumidas pelos exportadores — no caso dos riscos comerciais e dos riscos políticos e extraordinários a que se refere o art. 2º do Projeto — são responsabilidades que se tornam efetivas na moeda de exportação. Em consequência, a possibilidade de cobrir o seguro de tais responsabilidades, na moeda em que se efetivam, equivale a sobrecarregar o exportador com riscos eventuais de câmbio que poderão desalentá-lo de promover precisamente as exportações que o projeto quer estimular, ou seja, a de produtos industriais, com maior índice de elaboração técnica, geralmente vendidos a prazo médio e longo.

A eliminação do art. 7º do Projeto tornará possível o seguro na moeda em que forem exportados tais produtos, ficando a matéria regulada pela Legislação específica cambial e monetária.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente o projeto em causa, as quais ora submeto à apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 16 de junho de 1965.
H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O seguro de crédito à exportação tem por fim garantir contra riscos a que estiverem sujeitos as operações resultantes da exportação a crédito de mercadorias e serviços, os contratantes no Brasil dessas operações ou as entidades de crédito que as financiarem.

Art. 2º Os riscos cobertos pelo seguro de crédito à exportação são "riscos comerciais" e os "riscos políticos e extraordinários".

Art. 3º Consideram-se "riscos comerciais" a insolvência do importador de mercadorias e serviços brasileiro efetivando-se o sinistro quando:

a) decretada judicialmente a falência ou concordata do devedor;
b) concluído um acordo particular do devedor com seus credores, com anuência do Instituto de Resseguro do Brasil, para pagamento com redução do débito;
c) executado o devedor, revelarem-se insuficientes ou insuscetíveis de sequestro ou penhor os seus bens.

Art. 4º Consideram-se "riscos políticos e extraordinários" as situações

que determinam a falta de pagamento dos débitos contraiados pelos importadores de mercadorias e serviços:

I — Desde que, em consequência de medidas adotadas pelo governo estrangeiro:

a) não se realize, de nenhuma forma, o pagamento do débito;

b) não se realize o pagamento na moeda convencional e disto resulte perda para o exportador brasileiro de mercadorias e serviços;

c) não tenha lugar a transferência das mercadorias devidas, apesar de os devedores terem depositado as somas necessárias em banco ou conta oficial dentro do seu país;

d) não se efetue o pagamento dentro do prazo de 6 (seis) meses seguintes ao vencimento, por moratória estabelecida em caráter geral no país do devedor.

II — Desde que, em decorrência de guerra civil ou estrangeira, revolução, ou qualquer acontecimento similar no país do devedor, não se realize o pagamento dos débitos;

III — Desde que o devedor estrangeiro não possa realizar o pagamento, por circunstâncias ou acontecimentos de caráter catastrófico;

IV — Desde que, por circunstâncias ou acontecimentos políticos, os bens objeto do crédito segurado sejam requisitados, destruídos ou avariados, sempre que a reparação do dano não se tenha obtido antes de transcorridos 6 (seis) meses da data do vencimento fixado no contrato;

V — Desde que o exportador, previamente autorizado pelas autoridades brasileiras, recupere suas mercadorias para evitar um risco político latente e, em consequência dessa recuperação, advenha uma perda para o exportador;

VI — Desde que, por decisão do Governo brasileiro ou dos governos estrangeiros, posterior aos contratos firmados, se adotem medidas das quais resulte a impossibilidade de realizar a exportação ou a execução dos serviços, e por este fato, se produzam perdas para o exportador ou contratante brasileiro;

VII — Quando o devedor for órgão de administração pública estrangeira ou entidade vinculada ao mesmo, ou quando for um particular com a operação garantida por um destes órgãos ou entidades, e, em qualquer dos casos, o pagamento não se efetua, por qualquer motivo.

Parágrafo único. As garantias de cobertura para "riscos políticos e extraordinários" se estenderão também aos casos de exportação em consignação, de feiras, mostras, exposições e similares, quando se verificar, por uma das situações descritas neste artigo, a impossibilidade de fazer retornar as mercadorias brasileiras não vendidas no exterior.

Art. 5º A cobertura do seguro de crédito à exportação incidirá sobre as perdas líquidas definitivas, dos exportadores do Brasil de mercadorias e serviços, decorrentes da falta de cumprimento, por parte dos importadores do estrangeiro, das condições dos contratos, abrangendo, também, as concorrências que determinem a rescisão dos contratos, entre a data em que estes forem firmados e a data em que deveria ser efetivado o embarque das mercadorias ou iniciada a execução dos serviços.

Parágrafo único. A cobertura do seguro de crédito à exportação não abrangerá os prejuízos decorrentes de lucros esperados ou de oscilações de mercado.

Art. 6º A cobertura dos "riscos comerciais" e dos "riscos políticos e extraordinários" presumirá sempre uma participação obrigatória, do exportador de mercadorias e serviços,

nas perdas líquidas definitivas, não podendo essa perda ser objeto de seguro ou garantia de quaisquer pessoas ou instituições.

Art. 7º A cobertura do seguro será concedida em cruzheiros.

Art. 8º A cobertura dos "riscos comerciais", atendido o disposto no artigo 6º, será concedida para a totalidade ou parte das responsabilidades, por sociedades de seguros autorizadas a operar em ramos elementares e que tiverem aprovadas, pelo Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, suas apólices de seguro de crédito à exportação, as quais serão resseguradas pelo Instituto de Resseguros do Brasil, de conformidade com as normas e instruções que serão pelo mesmo baixadas.

Art. 9º A garantia dos riscos de que trata o artigo anterior, para as responsabilidades total ou parcialmente não assumidas pelas sociedades de seguros, bem como a dos "riscos políticos e extraordinários", atendido o disposto no art. 5º, será concedida pelo Governo Federal, representado pelo Instituto de Resseguros do Brasil, mediante "certificado de cobertura", expedidos de acordo com normas e instruções fixadas no regulamento da presente Lei.

Art. 10. Tanto as apólices de seguros como os certificados de cobertura deverão abranger, por tipo de risco coberto, a totalidade dos negócios de exportação a crédito de mercadorias e serviços.

Parágrafo único. O Instituto de Resseguros do Brasil, a seu critério, poderá excluir determinadas operações da cobertura do seguro.

Art. 11. Nenhuma apólice de seguro poderá ser emitida pelas sociedades de seguros, senão depois de aceitos os respectivos resseguros pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 12. Para garantia das responsabilidades a serem assumidas pelo Governo Federal, o Orçamento Geral da União consignará, ao Instituto de Resseguros do Brasil, anualmente, a dotação de Cr\$ 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzheiros) a partir do exercício orçamentário de 1966, e durante dez exercícios orçamentários consecutivos.

§ 1º O Instituto de Resseguros do Brasil aplicará o valor dessas dotações na compra de títulos federais, com cláusulas de reajustamento do valor monetário, os quais poderão ser vendidos em Bolsa, ouvido previamente o Banco Central da República do Brasil, sempre que for insuficiente a reserva de prêmios formada durante o exercício, para pagamento dos compromissos decorrentes das responsabilidades assumidas.

§ 2º As vendas dos títulos federais não serão realizadas quando, pelo voto dos compromissos a pagar, o Poder Executivo julgar oportuno solicitar créditos especiais para esse fim.

§ 3º Para os fins deste artigo no exercício de 1965, é o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1.000.000.000 (um bilhão de cruzheiros).

Art. 13. O Instituto de Resseguros do Brasil providenciará no sentido de:

a) estabelecer e fomentar o intercâmbio internacional com organizações de seguro de crédito;

b) organizar cadastro informativo sobre importadores estrangeiros de mercadorias e serviços;

c) obter continuamente informações sobre a situação política e econômica dos países estrangeiros que transacionem com o Brasil.

Art. 14. Para atender às operações de seguros de crédito à exportação, os órgãos federais, estaduais e municipais,

as autarquias e as sociedades de economia mista prestarão toda a colaboração que lhes for solicitada pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Art. 15. O Instituto de Resseguros do Brasil poderá manter intercâmbio com entidades do exterior que operem em seguros de crédito à exportação, com a finalidade de garantir no País o risco comercial do importador brasileiro.

Art. 16. Excetuado o imposto de renda, as operações de seguro de crédito à exportação ficam isentas de quaisquer impostos federais.

Art. 17. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada pelo Poder Executivo, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) — Artigo 7º.

RELATÓRIO Nº 71, DE 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B-65 (nº 82, de 1965, no Senado Federal) que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Relator: Sr. Osni Regis.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais — artigo 70 parágrafo 1º e 37, II — houve por bem vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B, de 1965, por considerá-lo naquela parte contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO E SUA ORIGEM

O projeto vetado parcialmente dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências. Decorreu a proposição de Mensagem do Poder Executivo.

ORIGENS E JUSTIFICAÇÃO DO DISPOSITIVO VETADO

A parte vetada do projeto originou-se de emenda da Comissão de Finanças da Câmara que nos permitimos transcrever:

"Inclua-se no artigo 2º após a palavra "Pesquisador" e antes de "observada", a expressão seguinte:

"desde que detentores de diplomas de Curso Superior.

Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 6 de maio de 1965. — Peracchi Barcellos, Presidente. — Jairo Brum, Relator".

Ao justificar a emenda acima o relator na referida Comissão assim se expressou:

"Achamos, porém, que resguardamos a situação dos professores e catedráticos que são insertos nos níveis propostos se oferecermos emenda do teor seguinte: "inclua-se no artigo 2º após a palavra "Pesquisador" e antes de "observada" a expressão seguinte:

TRAMITAÇÃO

O projeto teve tramitação regular nas duas Casas do Congresso, merecendo registro apenas a apresentação de duas emendas uma da Câmara ao artigo 2º do Projeto, condicionando o enquadramento ali vindicado apenas aos portadores de diplomas de Curso Superior, e outra do Senado erradicando do Projeto aquela altera-

ção, ambas foram aprovadas nas Casas de origem, tendo a Câmara no entanto ao rejeitar a emenda do Senado, dado prevalência à sua emenda.

DISPOSITIVO VETADO

Incidiu o veto sobre a expressão: "desde que detentores de diplomas de curso superior do art. 2º.

RAZÕES DO VETO

O veto foi tempestivamente após e foram as seguintes as razões apresentadas pelo Senhor Presidente da República.

"A expressão em referência contém norma contrária aos interesses nacionais, pois sua manutenção, como será demonstrada, viria tumultuar as atividades de pesquisas, no serviço público, ensinando que pesquisadores com menor experiência e tempo de serviço no campo profissional específico, passassem a receber maiores vencimentos do que os atribuídos a funcionários mais antigos, muitos dos quais à frente das respectivas equipes, em funções de Pesquisador Chefe ou de Pesquisador Adjunto.

Vários titulares de cargos relacionados com a pesquisa científica não possuem o diploma de nível superior correspondente à respectiva atividade, isso porque não havia, quando do seu ingresso nos cargos, cursos universitários correspondentes, como sucede, entre outros, com os Paleontólogos, Zólogos, Naturalistas e Botânicos.

Deixa forma, se prevalecesse a expressão vários funcionários, com grande experiência em atividades de pesquisa científica, seriam prejudicados, com real transtorno para o serviço público, pois permaneceriam com os atuais vencimentos correspondentes aos níveis 19 e 20, enquanto os mais novos, por serem portadores de diploma de curso superior, teriam os respectivos cargos reclassificados nos níveis 20, 21 e 22 da atual escala de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Executivo.

Por outro lado, a orientação do legislador brasileiro, em casos semelhantes, tem sido a de não fazer distinções dessa natureza, seja nos casos de enquadramento de funcionários, seja na oportunidade de regulamentação das profissões liberais, prevalecendo a exigência de diploma de nível superior somente para os ingressos nos cargos a partir da vigência do diploma legal disciplinador.

CONCLUSÃO

A Comissão, ante o exposto, dá por terminado o seu relatório sobre o veto parcial ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B-65 (nº 82, de 1965, no Senado) na expectativa de haver propiciado aos Srs. Congressistas condições para bem apreciar a matéria.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 1965. — Mem de Sá, Presidente. — Osni Regis, Relator. — Argemiro Figueiredo. — Lobão da Silveira. — Ezequias Costa. — Jairo Brum.

MENSAGEM Nº 288, DE 1965 (Nº 513 NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B, de 1965 (no Senado nº 82-65), que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

Incidu o veto sobre a expressão "desde que detentores de diplomas

de curso superior" — do art. 2º, que considero contrária aos interesses nacionais.

Razões:

A expressão em referência contém norma contrária aos interesses nacionais, pois sua manutenção, como será demonstrado, viria tumultuar as atividades de pesquisas, no serviço público, ensejando que pesquisadores, com menor experiência e tempo de serviço no campo profissional específico, passassem a receber maiores vencimentos do que os atribuídos a funcionários mais antigos, muitos dos quais à frente das respectivas equipes, em funções de Pesquisador Chefe ou de Pesquisador Adjunto.

Vários titulares de cargos relacionados com a pesquisa científica não possuem o diploma de nível superior correspondente à respectiva atividade, isso porque não havia quando do seu ingresso nos cargos, cursos universitários correspondentes, como sucede, entre outros, com os Paleontólogos, Zoológicos, Naturalistas e Botânicos.

Dessa forma, se prevalecesse a expressão, vários funcionários, com grande experiência em atividades de pesquisa científica, seria prejudicados, com real transtorno para o serviço público, pois permaneceriam com os atuais vencimentos correspondentes aos níveis 19 e 20 enquanto os mais novos, por serem portadores de diploma de curso superior, teriam os respectivos cargos reclassificados nos níveis 20, 21 e 22 da atual escala de vencimentos dos cargos efetivos do Poder Executivo.

Por outro lado, a orientação do legislador brasileiro, em casos semelhantes, tem sido a de não fazer distinções dessa natureza, seja nos casos de enquadramento de funcionários, seja na oportunidade de regulamentação das profissões liberais, prevalecendo a exigência de diploma de nível superior somente para os ingressos nos cargos a partir da vigência do diploma legal disciplinador.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 9 de julho de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica incluído, no Anexo I da Lei nº 3.760, de 12 de junho de 1960, que instituiu o Plano de Classificação de Cargos, no Serviço Técnico Científico, o Grupo Ocupacional TC-1500 — Pesquisa Científica — integrado de séries de classes de Pesquisador, estruturadas nos níveis 20-A, 21-B e 22-C.

Art. 2º Serão enquadrados nas séries de classes de Pesquisador, desde que detentores de diplomas de curso superior, observada a proporcionalidade de que trata o item II do § 1º do art. 20 da Lei nº 3.760, de 12 de julho de 1960, os cargos diretamente relacionados com a pesquisa científica, pura ou aplicada.

§ 1º Os cargos vagos e os ocupados em caráter interino serão enquadrados no nível 20 da respectiva série de classes.

§ 2º Haverá tantas série de classes de Pesquisador quantas sejam as especializações de pesquisa, sendo obrigatória a menção da especialidade na codificação do cargo.

§ 3º O Departamento Administrativo do Serviço Público providenciará os enquadramentos decorrentes da execução desta lei, devendo, para esse fim, obter do Conselho Nacional de Pesquisas os competentes esclarecimentos sobre os cargos de nível superior da Administração direta e das autarquias federais, cuja atividade principal seja de pesquisa científica, pura ou aplicada.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) No art. 2º, a expressão: "desde que detentores de diplomas de curso superior".

RELATÓRIO

Nº 80, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.839-B-65, (nº 125, de 1965, no Senado Federal), que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Relator: Sr. Mem de Sá.

O Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais — arts. 70, parágrafo 1º, e 87, II — houve por bem vetar parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 2.740-B-65, (nº 125/65, no Senado) por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

O PROJETO E SUA ORIGEM

O projeto dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e originou-se de iniciativa do Poder Executivo.

DISPOSITIVO VETADO E SUA ORIGEM

Incidiu o veto sobre o parágrafo único do art. 1º, assim redigido:

"Parágrafo único. Importará na obrigatoriedade do pagamento em dobro o não cumprimento do prazo previsto neste artigo".

A parte vetada do projeto decorreu de emenda do Deputado Adílio Viana, perfilhada pela Comissão de Legislação Social da Câmara.

TRAMITAÇÃO

O projeto teve tramitação normal nas duas Casas do Congresso, merecendo registro apenas a apresentação, pela Câmara, de três emendas, das quais duas foram aprovadas: uma do Deputado Floriano Paixão, estendendo aos trabalhadores rurais os benefícios da Lei 4.090, de 13 de julho de 1962; outra, acrescentando ao artigo 1º um parágrafo, segundo o qual o não cumprimento da obrigação dele decorrente, dentro do prazo previsto, importaria em obrigatoriedade de pagamento em dobro.

RAZÕES DO VETO

O veto, tempestivamente aposto, foi justificado pelo Sr. Presidente da República da seguinte maneira:

"Esse parágrafo estabelece para o empregador, em caso de atraso no pagamento do 13º salário, uma penalidade excessiva, consistente no pagamento em dobro da referida gratificação.

Tal penalidade não é prevista mesmo se houver atraso no pagamento do salário normal. A Legislação Trabalhista em vigor já estabelece medidas e procedimentos adequados para que o empregador possa compelir o empregado ao pagamento do salário na época devida, sendo esse procedi-

mento extensivo à gratificação de Natal.

Não existem, pois, razões de ordem jurídica e econômica que justifiquem a adoção de critério diferente para o caso do 13º salário".

CONCLUSÃO

Assim exposto os incidentes legislativos referentes ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.839-B-65, (nº 125/65, no Senado), esta Comissão pensa ter oferecido aos Srs. Congressistas os elementos necessários a um perfeito exame do veto presidencial.

Sala das Comissões, em 29 agosto de 1965. — Sebastião Archer, Presidente — Mem de Sá, Relator — José Ermirio — Celestino Filho — Floriano Paixão — Flôres Soares.

MENSAGEM

Nº 325, de 1965

(Nº 596/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 2.839-B, de 1965 (no Senado, nº 125-63) que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Incide o veto sobre o parágrafo único do art. 1º, que considero contrário aos interesses nacionais.

Razões:

Esse parágrafo estabelece para o empregador, em caso de atraso no pagamento do 13º salário, uma penalidade excessiva, consistente no pagamento em dobro da referida gratificação.

Tal penalidade não é prevista mesmo se houver atraso no pagamento do salário normal. A legislação trabalhista em vigor já estabelece medidas e procedimentos adequados para que o empregado possa compelir o empregador ao pagamento do salário na época devida, sendo esse procedimento extensivo à gratificação de Natal.

Não existem, pois, razões de ordem jurídica e econômica que justifiquem a adoção de critério diferente para o caso do 13º salário.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 12 de agosto de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A gratificação salarial instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, será paga pelo empregador até o dia 20 de dezembro de cada ano, compensada a importância que, a título de adiantamento, o empregado houver recebido na forma do artigo seguinte.

Parágrafo único. Importará na obrigatoriedade de pagamento em dobro o não cumprimento do prazo previsto neste artigo.

Art. 2º Entre os meses de fevereiro e novembro de cada ano, o empregador pagará, como adiantamento da

gratificação referido no artigo precedente, de uma só vez, metade do salário recebido pelo respectivo empregado no mês anterior.

§ 1º O empregador não estará obrigado a pagar o adiantamento, no mesmo mês, a todos os seus empregados.

§ 2º O adiantamento será pago ao ensejo das férias do empregado, sempre que este o requerer no mês de janeiro do correspondente ano.

Art. 3º Ocorrendo a extinção do contrato de trabalho antes do pagamento de que trata o art. 1º desta Lei, o empregador poderá compensar o adiantamento mencionado com a gratificação devida nos termos do art. 3º da Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, e, se não bastar, com outro crédito de natureza trabalhista que possua o respectivo empregado.

Art. 4º As contribuições devidas aos Institutos de Aposentadoria e Pensões, que incidam sobre a gratificação salarial referida nesta Lei, ficam sujeitas ao limite estabelecido na legislação de Previdência Social.

Art. 5º Aplica-se, no corrente ano, a regra estatuída no art. 2º desta Lei, podendo o empregado usar da faculdade estatuída no seu § 2º no curso dos primeiros trinta dias de vigência desta Lei.

Art. 6º O Poder Executivo, no prazo de trinta dias, adaptará o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 1.821, de 14 de dezembro de 1962, aos preceitos desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

DISPOSITIVO VETADO

1) Parágrafo único, do artigo 1º

RELATÓRIO

Nº 72, de 1965

Da Comissão Mista incumbida de apreciar o veto parcial do Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei da Câmara número 2.661-B-65 (nº 96-65, no Senado), que dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins.

Relator: Sr. Celestino Filho.

O Senhor Presidente da República, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolveu vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.661-B-65 (nº 96-65, no Senado), que dispõe sobre os serviços do registro do comércio e atividades afins.

O PROJETO (origem e andamento)

O projeto vetado, parcialmente, pelo Senhor Presidente da República, teve sua origem na Mensagem número 64, de 1º de abril de 1965.

Na Câmara, o projeto teve andamento rápido, porquanto examinado nos termos do Art. 4º do Ato Institucional, de 1964.

Em 4 de maio do corrente ano, é aprovado o Substitutivo da Comissão de Justiça, que incluiu emendas aprovadas pela Comissão de Economia.

A proposição foi enviada ao Senado em 24 de maio, e foi também emendada.

O projeto retornou a Câmara em 23 de junho, tendo sido aprovadas as emendas do Senado de ns. 1 — 2 — 5 — 7 — 8 — 9 — 15 e 16 (*caput*), e rejeitadas as de ns. 3 — 4 — 6 — 10 — 14 — 16 (§§ 1º e 2º), e 17 a 20. Foi enviado à sanção em 5 de julho do corrente.

O VETO E SUAS RAZÕES

O Senhor Presidente da República, pela Mensagem nº 290-65, comunica ao Congresso Nacional que sancionou, em parte, o projeto.

Fundamentando o veto em razões de ordem constitucional, e tendo em vista interesses nacionais, o Senhor Presidente da República fez-o incidir nos seguintes dispositivos:

"1) No art. 21, § 1º a expressão final "dentre aqueles de que trata o item III do art. 16".

Razões — O art. 16 acima mencionado estabelece que a metade do número de vogais e suplentes das juntas comerciais será escolhida da seguinte forma:

I — Um vogal e respectivo suplente representando; a União Federal, por indicação do Ministério da Indústria e do Comércio;

II — Três vogais e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos Advogados, a dos Economistas e a dos Técnicos em Contabilidade indicados pelo Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas Categorias Profissionais;

III — Os restantes vogais e suplentes serão de livre escolha da autoridade competente para nomeação dos mesmos.

Em consequência, as circunscrições do País em que o Plenário da Junta for composto de apenas oito vogais — como é o caso no maior número de Estados — não se configura a hipótese do art. 16, nº III e o cumprimento do § 1º, do art. 21, tornar-se-ia impossível, se fosse mantida a expressão vetada.

2) O § 2º do art. 21.

Razões — O artigo se refere, no "caput", à distribuição de vogais por turmas de três membros. Torna-se obscuro, assim, o sentido do parágrafo 2º e das expressões "Títulos efetivos" e "legislação pertinente", dele constantes. Se a intenção foi a de ajudar ao Presidente e ao Vice-Presidente, aos quais se refere o parágrafo 1º do artigo, a disposição colide com o caráter de transitoriedade que o projeto dá ao exercício desses cargos que, no art. 16, item III, são expressamente declarados "em comissão".

CONCLUSÃO

O veto parcial do Sr. Presidente da República ao presente projeto de lei, foi aposto com fundamentações previstas na Constituição Federal e dentro do prazo por ela fixado, estando o Congresso Nacional habilitado a apreciá-lo convenientemente, em face do exposto neste Relatório.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 1965. — Senador Lino de Mello, Presidente. — Celestino Filho, Relator. — José Ermirio. — José Maria Ribeiro. — Raul de Góes.

MENSAGEM

Nº 290, DE 1965

(Nº 517, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribui-

ções que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.661-A-65 (no Senado nº 96/65) que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

1) No artigo 21, parágrafo 1º, a expressão final "dentre aqueles de que trata o item III do artigo 16".

Razões:

O artigo 16 acima mencionado estabelece que a metade do número de vogais e suplentes das juntas comerciais será escolhida da seguinte forma:

I — Um vogal e respectivo suplente representando o União Federal, por indicação do Ministério da Indústria e do Comércio;

II — Três vogais e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos Advogados, a dos Economistas e a dos Técnicos em Contabilidade indicados pelo Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas Categorias Profissionais;

III — Os restantes vogais e suplentes serão de livre escolha da autoridade competente para nomeação dos mesmos.

Em consequência, nas circunscrições do País em que o Plenário da Junta for composto de apenas oito vogais como é o caso no maior número de Estados — não se configura a hipótese do artigo 16, nº III e o cumprimento do parágrafo 1º, do artigo 21, tornar-se-ia impossível, se fosse mantida a expressão vetada.

2) O parágrafo 2º do artigo 21.

Razões:

O artigo se refere, no "caput", à distribuição de vogais por turmas de três membros. Torna-se obscuro, assim, o sentido do parágrafo 2º e das expressões "Títulos efetivos" e "legislação pertinente", dele constantes. Se a intenção foi a de ajudar ao Presidente e ao Vice-Presidente, aos quais se refere o parágrafo 1º do artigo, a disposição colide com o caráter de transitoriedade que o projeto dá ao exercício desses cargos que, no artigo 16, item III, são expressamente declarados "em comissão".

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 31 de julho de 1965 — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre os Serviços do Registro do Comércio e Atividades Afins e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Dos Órgãos do Registro do Comércio

Art. 1º Subordinam-se ao regime prescrito nesta Lei as atividades e serviços do registro do comércio incluído entre os registros públicos, de que trata o art. 5º, nº XV, alínea e, da Constituição Federal.

Art. 2º Os serviços do registro do comércio e atividades afins serão exercidos em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, nos termos desta Lei, por órgãos centrais, regionais e locais.

Art. 3º São órgãos centrais do registro do comércio:

I — O Departamento Nacional do Registro do Comércio — (DNRC), criado pelos artigos 17, nº II, e 20, da Lei nº 4.084, de 29 de dezembro de 1961, com funções supervisoras, orientadora e coordenadora, no plano técnico.

II — A Divisão Jurídica do Registro do Comércio (DJRC), instituída nos termos do Capítulo III, desta Lei, com funções consultiva e fiscalizadora, no plano jurídico.

§ 1º São órgãos regionais do registro do comércio as Juntas Comerciais de todas as circunscrições do País, com funções administradora e executora do registro do comércio.

§ 2º São órgãos locais do registro do comércio as Delegacias das Juntas Comerciais nas zonas das circunscrições a que pertencerem, também com funções administradora e executora do registro do comércio.

CAPÍTULO II

Do Departamento Nacional do Registro do Comércio

Art. 4º O Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC) órgão integrante da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, tem por finalidade:

I — No plano técnico: supervisionar, orientar e coordenar, em todo território nacional, as autoridades e os órgãos públicos incumbidos da execução do registro do comércio e atividades correlatas, expedindo as normas necessárias para tal fim e solucionando as dúvidas, ocorrentes na interpretação e aplicação das respectivas leis e atos executivos.

II — No plano administrativo: atuar supletivamente, providenciando ou promovendo as medidas tendentes a suprir ou corrigir ausências, falhas ou deficiências dos serviços do registro do comércio e afins em qualquer parte do País.

III — Organizar e manter atualizado o cadastro geral dos comerciantes e sociedades mercantis existentes ou em funcionamento no território nacional, com a cooperação, em especial, das Delegacias Estaduais do Ministério da Indústria e do Comércio, das Juntas Comerciais, e, em geral, das repartições públicas e entidades privadas.

IV — Instruir e encaminhar os processos e recursos a serem decididos pelas autoridades superiores, inclusive os pedidos de autorização do Governo Federal para o funcionamento de sociedades mercantis estrangeiras e nacionais, sempre que a lei não confira essa atribuição a outro órgão da União.

V — Propor ou sugerir aos poderes públicos competentes a conversão em lei dos usos e práticas mercantis de caráter nacional e a adoção, pelos meios adequados, de medidas ou providências atinentes ao registro do comércio e serviços conexos.

VI — Promover e efetuar estudos, reuniões e publicações sobre assuntos ligados de qualquer modo ao registro do comércio e atividades correlatas.

CAPÍTULO III

Da Divisão Jurídica do Registro do Comércio

Art. 5º Junto ao Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC), funcionará a Divisão Jurídica do Registro do Comércio (DJRC), também integrante da Secretaria do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio, com as seguintes atribuições:

I — Estudar toda a matéria de natureza jurídica do Departamento e emitir pareceres a respeito.

II — Sugerir a apresentação de disposições legais e executivas concernentes aos serviços e atividades do registro do comércio em geral e do Departamento em particular e opinar sobre propostas com aquela finalidade.

III — Colaborar no estudo e solução dos processos ou propostas de contratos, ajustes ou convênios relacionados com assuntos ou encargos da competência do Departamento.

IV — Elaborar e fornecer subsídios de caráter jurídico e elementos de informação destinados a defesa do Departamento em processos judiciais, colaborando amplamente em tal sentido com o Ministério Público.

V — Exercer ampla fiscalização jurídica sobre a atuação dos órgãos incumbidos do registro do comércio, representando para os devidos fins as autoridades administrativas e judiciais contra abusos e infrações das respectivas normas legais e executivas, que constatar, e requerendo tudo o que se afigurar necessário à salvaguarda ou restabelecimento dessas normas.

VI — Praticar os atos a que se referem os arts. 50, 51, 54 e 55 e respectivos parágrafos desta Lei, e outros que sejam da competência das procuradorias das Juntas Comerciais.

Art. 6º A Divisão Jurídica do Registro do Comércio terá em sua lotação cinco Assistentes Jurídicos do Quadro do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 7º Compete ao Diretor da Divisão Jurídica dirigir e coordenar os respectivos trabalhos, distribuí-los entre os Assistentes Jurídicos e exercer as demais atribuições previstas no artigo 5º.

CAPÍTULO IV

Das Juntas Comerciais

Seção I

Do número e competência

Art. 8º Haverá uma Junta Comercial no Distrito Federal e em cada Estado ou Território, com sede na Capital e jurisdição na área da circunscrição respectiva.

Art. 9º As Juntas Comerciais são subordinadas administrativamente ao Governo do Estado ou Território respectivo, conforme o caso, e técnica e funcionalmente aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio, nos termos da presente Lei.

Parágrafo único. A Junta Comercial do Distrito Federal é subordinada administrativa e técnica aos órgãos e autoridades do Ministério da Indústria e do Comércio.

Art. 10. Incumbem às Juntas Comerciais:

I — A execução do registro do comércio.

II — O assentimento dos usos e práticas mercantis.

III — Os encargos de fixar o número, processar a habilitação e a nomeação, fiscalizar, punir e exonerar os tradutores públicos e intérpretes comerciais, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e os prepostos ou fiéis desses profissionais.

IV — A organização e a revisão de tabelas de emolumentos, comissões ou honorários dos profissionais enumerados no item anterior.

V — A fiscalização dos trapiches, armazéns de depósitos e empresas de armazéns gerais.

VI — A solução de consultas formuladas pelos poderes públicos regionais a respeito do registro do comércio e atividades afins.

VII — Todas as demais tarefas que lhes forem atribuídas por normas legais ou executivas emanadas dos poderes públicos federais.

Art. 11. Competem, ainda, as Juntas Comerciais:

I — A elaboração e expedição dos respectivos Regimentos Internos e de suas alterações, bem como das resoluções necessárias para o fiel cumprimento das normas legais, regulamentares e regimentais.

II — A organização e encaminhamento a aprovação da autoridade ou órgão superior do Estado ou Território ou do Presidente da República, no caso do Distrito Federal, dos atos pertinentes:

a) à estrutura dos serviços da Junta e ao quadro do pessoal respectivo, fixando seu número, atribuições, vencimentos e regime jurídico, bem como as modificações e acréscimos que devam ser feitos em tais estruturas e quadros;

b) à tabela das taxas e emolumentos devidos pelos atos do registro do comércio e afins e às alterações respectivas, não podendo as importâncias excederem aquelas que forem adotadas no Regimento da Junta Comercial do Distrito Federal;

c) à proposta do orçamento para todos os serviços da Junta;

d) às contas da gestão financeira da Junta.

Parágrafo único. Os direitos, deveres e regras disciplinares, concernentes aos servidores das Juntas, obedecem ao disposto na legislação respectiva do Estado ou Território ou, na legislação federal, em relação à Junta Comercial do Distrito Federal.

Seção II**Da organização e funcionamento****Art. 12. Compõem as Juntas Comerciais:**

I — A Presidência, como órgão diretivo e representativo;

II — O Plenário, como órgão deliberativo superior;

III — As Turmas, como órgãos deliberativos inferiores;

IV — A Secretaria Geral, como órgão administrativo;

V — A Procuradoria Regional, como órgão fiscalizador e de consulta jurídica das Juntas;

VI — As Delegacias, como órgãos representativos locais das Juntas nas zonas de cada circunscrição do País.

Parágrafo único. As Juntas Comerciais poderão ter uma Assessoria Técnica, com função de órgão preparador e relator dos documentos a serem submetidos à sua deliberação cujos membros deverão ser bachareis em Direito, Economistas, Contadores, Técnicos em Contabilidade ou os que exerciam as funções de Vogal.

Art. 13. O Plenário, composto do colégio de vogais, com as mesmas prerogativas asseguradas aos membros do Tribunal do Juri, será constituído:

I — Nos Estados da Guanabara, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, de vinte vogais e respectivos suplentes;

II — Nos Estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e no Distrito Federal, de quatorze vogais e respectivos suplentes;

III — Nas demais circunscrições do País, de oito vogais e respectivos suplentes.

Art. 14. Os Vogais e Suplentes serão nomeados, no Distrito Federal, pelo Presidente da República e nos Estados e Territórios, pelos governos des-

sas circunscrições, dentre brasileiros que satisfaçam as seguintes condições:

I — Terem a idade mínima de 26 anos;

II — Estejam no gozo dos direitos civis e políticos;

III — Estejam quites com o serviço militar e o serviço eleitoral;

IV — Não estejam sendo processados ou tenham sido definitivamente condenados pela prática de crime cuja pena vede, ainda que temporariamente, o acesso a funções ou cargos públicos ou por crime de prevaricação, falsidade culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a propriedade, a economia popular ou a fe pública;

V — Sejam, ou tenham sido, por mais de cinco anos, comerciantes, industriais, banqueiros ou transportadores, valendo como prova, para esse fim, certidão de arquivamento ou registro de declaração de firma mercantil individual do interessado ou do arquivamento de ato constitutivo de sociedade comercial de que participem ou tenham participado durante aquele prazo, e socios, diretores ou gerentes.

Art. 15. A metade do número de vogais e suplentes será designada mediante indicação de nomes em listas triplices e por maioria de votos, pelas entidades patronais de grau superior e pelas Associações Comerciais, com sede na jurisdição da Junta, em partes iguais.

§ 1º No caso de não haver entidade sindical, nas condições previstas no presente artigo, caberá a indicação aos sindicatos representativos das respectivas categorias econômicas.

§ 2º As listas referidas neste artigo devem ser remetidas até 30 (sessenta) dias antes do término do mandato dos membros da Junta em exercício. Se não o forem, em tal prazo, ficarão automaticamente revigoradas as listas apresentadas.

Art. 16. A outra metade do número de vogais e suplentes será escolhida da seguinte forma:

I — Um Vogal e respectivo suplente representando a União Federal, por indicação do Ministério da Indústria e do Comércio;

II — Três vogais, e respectivos suplentes, representando, respectivamente, a classe dos advogados, a dos economistas e a dos técnicos em contabilidade, todos mediante indicação do Conselho Seccional ou Regional do órgão corporativo destas categorias profissionais;

III — Os restantes vogais e suplentes serão da livre escolha da autoridade competente para nomeação dos mesmos, observado o disposto no artigo 14, ficando a cargo da referida autoridade a designação em comissão do Presidente e Vice-Presidente da Junta Comercial.

Parágrafo único. Os vogais e suplentes de que tratam os números I e II, deste artigo, ficam dispensados da prova de requisito previsto no nº V do artigo 14, mas exigir-se-á a prova de mais de cinco anos de efetivo exercício da profissão em relação aos vogais e suplentes de que trata o número II.

Art. 17. Incumbe aos suplentes a substituição do vogal em suas férias e impedimentos e, em caso de vaga, até o término do mandato.

Parágrafo único. Para a autenticação dos livros comerciais, o Presidente da Junta poderá convocar os suplentes, independentemente do afastamento dos vogais, aos quais caberão, então, os emolumentos previstos na legislação do respectivo Estado.

Art. 18. São incompatíveis para a participação na mesma Junta os parentes consanguíneos e afins até o terceiro grau e os cidadãos que torem socios da mesma sociedade.

Parágrafo único. A incompatibilidade resolve-se a favor do primeiro membro nomeado ou empossado, ou por sorteio, se a nomeação ou posse for da mesma data.

Art. 19. Qualquer pessoa poderá representar fundadamente à autoridade competente contra a nomeação de vogal ou suplente, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data da posse.

Parágrafo único. Julgada procedente a representação, será feita nova nomeação, a qual, se for o caso, recairá dentre os nomes constantes das listas referidas no art. 15.

Art. 20. O mandato de vogal ou suplente será de 4 (quatro) anos, admitida a recondução, desde que verificada a indicação prevista nos artigos 15 e 16.

Art. 21. Na sessão inaugural do Plenário das Juntas Comerciais serão distribuídos os vogais por turmas de três membros, cada uma, com exclusão do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 1º O Presidente e Vice-Presidente serão nomeados no Distrito Federal, pelo Presidente da República, e, nos Estados e Territórios, pelos governadores dessas circunscrições, dentre aqueles de que trata o item III do art. 16.

§ 2º Nos Estados onde haja titulares efetivos, o disposto neste artigo se aplicará quando se derem as respectivas vagas nos termos da legislação pertinente.

Art. 22. Ao Plenário compete o julgamento e a decisão dos processos, consultas e matérias de maior relevância, e o reexame ou reforma dos atos ou decisões das Turmas e das Delegacias da Junta, nos termos fixados pelo Regimento Interno.

Art. 23. As sessões ordinárias do Plenário efetuar-se-ão com a periodicidade e do modo que determinar o Regimento Interno da Junta e, as extraordinárias mediante convocação do Presidente, ou Vice-Presidente em exercício, ou a pedido de um terço dos vogais, sempre justificadamente.

Parágrafo único. O Presidente, o Vice-Presidente e os Vogais das Juntas Comerciais que faltarem a três sessões consecutivas, sem motivo justificado, perderão o cargo, além da perda da remuneração correspondente aos dias em que houverem faltado.

Art. 24. Compete às Turmas apreciar e julgar originariamente os pedidos relativos à execução dos atos do registro do comércio.

Art. 25. As Turmas reunir-se-ão ordinária e extraordinariamente nos prazos e condições determinados no Regimento Interno da Junta.

Art. 26. Compete ao respectivo Presidente a direção e representação geral da Junta e ao Vice-Presidente auxiliar e substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos e, em caso de vaga, até o término do mandato deste.

Art. 27. Compete ainda ao Presidente da Junta dar posse aos vogais, convocar e dirigir as sessões do Plenário, superintender todos os serviços da Junta, propor a nomeação do respectivo pessoal administrativo e velar pelo fiel cumprimento das normas legais e executivas, bem como das deliberações do Plenário.

Art. 28. Ao Vice-Presidente incumbe, ainda, efetuar a correção permanente dos serviços e do pessoal administrativo.

Art. 29. O Secretário-Geral da Junta será nomeado, no Distrito Federal, pelo Presidente da República, nos Estados e Territórios, pelos Governadores dessas circunscrições, dentre brasileiros de notória idoneidade moral, especializados em direito comercial, que satisfaçam os requisitos previstos nos ns. I a IV do art. 14.

Art. 30. A Secretaria-Geral compete de modo precipuo a execução de todos os atos e determinações da Junta, tendo a seu cargo a administração do pessoal, material, contabilidade e os serviços de expediente, protocolo, arquivo, autenticação de livros, biblioteca e portaria, além de outros que sejam necessários.

Art. 31. As Procuradorias Regionais das Juntas serão compostas de um ou mais procuradores, nomeados pelo Governador do Estado ou Território respectivo e chefiados pelo Procurador que for designado pelo mesmo Governador, por ocasião da nomeação dos vogais e suplentes da Junta.

Art. 32. As Procuradorias Regionais têm por atribuição fiscalizar e promover o fiel cumprimento das normas legais e executivas, usos e práticas mercantis assentados, oficiando, internamente, por sua iniciativa ou mediante solicitação da Presidência, do Plenário das Turmas e Delegacias e, externamente, em caráter obrigatório, de forma idêntica à prescrita no Ministério Público em atos ou efeito de natureza jurídica, inclusive os judiciais, que envolvam matéria ou assunto incidente na órbita da competência da Junta e exercer, no que couber as atribuições incumbidas à Divisão Jurídica pelo art. 5º desta Lei.

Art. 33. Haverá tantas Delegacias das Juntas quantas forem as zonas em que, mediante Resolução do Plenário respectivo, ficar dividida cada circunscrição.

§ 1º Formam a Zona um ou mais distritos ou municípios próximos uns dos outros e que tenham entre si relativa facilidade de comunicações.

§ 2º A Delegacia que abranger vários municípios será sediada no de maior atividade comercial ou industrial da zona, demonstrada pela estatística dos últimos cinco anos.

Art. 34. As Delegacias serão constituídas de quatro vogais e quatro suplentes com mandato renovável de quatro anos e terão a organização administrativa estabelecida pelo Regimento Interno da Junta.

§ 1º Aplica-se à nomeação dos vogais e suplentes das Delegacias o disposto no art. 14.

§ 2º A escolha de metade do número de vogais e suplentes será processada com observância do disposto no art. 15, distribuindo-se entre as duas categorias econômicas predominantes na zona os dois cargos de vogal e de suplente.

§ 3º A escolha da outra metade do número de vogais e suplentes será feita nos Estados e Territórios pelos Governadores dessas circunscrições.

§ 4º As delegacias das juntas serão dirigidas por Delegados, nomeados nos Estados e Territórios pelos Governadores dessas circunscrições e, na falta do Delegado por um Vice-Delegado, escolhidos ambos dentre os vogais.

Art. 35. Na zona da sua jurisdição tem a Delegacia, em tudo o que couber, a competência atribuída à Junta Comercial, cujo Plenário pode reexaminar ou reformar os atos ou decisões das Delegacias, em processamento idêntico ao adotado em relação às Turmas, segundo o disposto nos artigos 24 e 25.

CAPÍTULO V

Do Registro do Comércio

Art. 36. É público o registro do comércio, a cargo das Juntas Comerciais, no Distrito Federal, nos Estados e nos Territórios.

§ 1º Qualquer pessoa tem o direito de consultar os livros do registro do comércio, sem necessidade de provar interesse, em horas e na forma determinada pelo regimento da repartição, e de obter as certidões que pedir, pagando os emolumentos devidos.

§ 2º Aplicam-se a publicidade e às certidões do registro do comércio o que a respeito dos registros públicos prescrevem os arts. 19 a 22 e 23 a 25, do Decreto nº 4.857, de 9 de novembro de 1939, com as modificações posteriores.

Art. 37. O Registro do Comércio compreende:

I — A matrícula:

1º) dos leiloeiros, corretores de mercadorias e de navios;

2º) dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósito de mercadorias nacionais ou estrangeiras;

3º) das pessoas naturais ou jurídicas que pretenderem estabelecer empresas de armazéns gerais.

II — O arquivamento:

1º) do contrato ante-nupcial do comerciante e do título dos bens incommunicáveis de seu cônjuge e ainda dos títulos de aquisição, pelo comerciante, de bens que não possam ser obrigados por dívidas;

2º) dos atos constitutivos das sociedades comerciais nacionais, suas prorrogações e demais documentos das sociedades comerciais estrangeiras, que funcionam no Brasil por meio de filial, sucursal ou agência;

3º) dos atos constitutivos das sociedades anônimas e em comandita por ações, nacionais ou estrangeiras;

4º) das atas de assembleias gerais ordinárias e extraordinárias e outros documentos relativos às sociedades anônimas e às em comandita por ações, inclusive os referentes à sua liquidação;

5º) dos documentos relativos à constituição das sociedades cooperativas, às alterações dos seus estatutos e à sua dissolução;

6º) dos documentos concernentes à constituição das sociedades mútuas, às alterações dos seus estatutos e à sua dissolução;

7º) dos atos concernentes à transformação, à incorporação e à fusão das sociedades comerciais;

8º) dos atos extrajudiciais ou decisões judiciais de liquidação das sociedades comerciais.

III — O registro:

1º) da nomeação de administradores de armazéns gerais, quando não forem os próprios empresários, de seus fiéis e outros propostos;

2º) dos títulos de habilitação comercial dos menores e outros atos a eles relativos;

3º) dos atos de nomeação de liquidantes de sociedades comerciais;

4º) dos instrumentos de mandato e sua revogação;

5º) das cartas patentes e cartas de autorização concedidas a sociedades nacionais e estrangeiras;

6º) das declarações de firmas individuais;

7º) de nomes comerciais das sociedades mercantis, exceto das sociedades anônimas.

IV — A anotação, no registro de firmas individuais e nomes comerciais, das alterações respectivas.

V. — A autenticidade dos livros:

1º) de comerciantes ou sociedades comerciais, nacionais ou estrangeiras;

2º) de agentes auxiliares do comércio;

3º) de empresas de armazéns de depósito, trapiches e armazéns gerais.

VI — O cancelamento do registro:

1º) das firmas individuais;

2º) dos nomes comerciais das sociedades mercantis, exceto anônimas, em virtude de liquidação.

VII — O arquivamento ou o registro de quaisquer outros atos ou documentos determinados por disposição expressa de lei, ou que possam interessar ao comerciante com firma registrada ou às sociedades comerciais.

Art. 38. Não podem ser arquivados:

I — Os contratos de sociedades e de firmas mercantis individuais sem objetivos comerciais, salvo nos casos em que a lei dispuser em contrário;

II — Os documentos em que não se obedecerem, às prescrições legais e regulamentares ou que contiverem matéria contrária aos bons costumes ou à ordem pública, bem como os que colidirem com o respectivo estatuto ou contrato não modificados anteriormente.

III — Os documentos de constituição ou alteração de sociedades comerciais de qualquer espécie ou modalidade em que figure como sócio, diretor ou gerente, pessoa que esteja processada ou tenha sido definitivamente condenada pela prática de crime cuja pena vede, ainda que de modo temporário, o acesso a funções ou cargos públicos ou por crime de prevaricação, falsidade culposa ou fraudulenta, peita ou suborno, peculato, ou ainda, por crime contra a propriedade, a economia popular ou a fé pública.

IV — As declarações de firmas mercantis individuais relativas a pessoa que esteja sendo processada ou tenha sido definitivamente condenada nos termos do número anterior.

V — Os contratos sociais a que faltar a assinatura de algum sócio, salvo no caso em que for contratualmente permitida deliberação de sócios que representem a maioria do capital social.

VI — Os contratos de sociedade em comanditas que não contiverem a assinatura dos comanditários, podendo, entretanto, ser omitidos os nomes destes na publicação e nas certidões respectivas, se assim o requererem.

VII — Os contratos de sociedades mercantis e as declarações de firmas mercantis individuais que não designarem o respectivo capital.

VIII — A prorrogação do contrato social, depois de findo o prazo do mesmo contrato.

IX — Os contratos de sociedades mercantis sob firma ou denominação idêntica ou semelhante à outra já existente.

X — Os contratos ou estatutos de sociedades ainda não aprovados pelo Governo, nos casos em que for necessária essa aprovação, e bem assim as alterações dos contratos ou estatutos dessas sociedades, antes de sua aprovação pelo Governo.

Parágrafo único. A Junta não dará andamento a qualquer documento de firmas individuais ou sociedades comerciais em geral, sem que dos respectivos requerimentos conste o número do registro ou do arquivamento do ato constitutivo.

Art. 39. Os documentos, a que se referem os ns. II, III, IV, VI e VII do art. 37, deverão ser apresentados à Junta dentro do prazo de trinta dias contados da sua lavratura, a cuja data retroagirão os efeitos do arquivamento, registro, anotação ou cancelamento.

Parágrafo único. Requerido fora desse prazo, o arquivamento só terá eficácia a partir da data do despacho que o conceder.

Art. 40. Instruirão, obrigatoriamente, o pedido de arquivamento dos atos ou documentos referidos na presente Lei:

I — A prova de identidade do comerciante individual, dos integrantes das sociedades mercantis, exceto acionistas, dos diretores e conselheiros fiscais das sociedades por ações e dos representantes das sociedades estrangeiras.

II — A prova de nacionalidade brasileira do comerciante individual, dos sócios e membros de órgãos de direção, deliberação e fiscalização de sociedades mercantis, sempre que a lei exigir tal nacionalidade.

III — A prova de quitação de impostos, taxas e contribuições, nos casos e na forma que as leis próprias a exigirem.

IV — O extrato dos principais dados constantes dos documentos a serem arquivados, segundo modelo organizado pela Junta.

§ 1º Poderão, para os fins dos números I e II, servir de prova a carteira de identidade, o título de eleitor, as carteiras profissionais, as cadernetas de reservista e os passaportes autenticados pela autoridade competente.

§ 2º Os documentos a que aludem os ns. I a III, deste artigo, serão devolvidos aos interessados logo depois de examinados e anotados, nos processos em relação aos quais deverão fazer prova, pela Seção competente da Secretaria-Geral da Junta ou Delegacia.

§ 3º No caso de já constar anotada a prova de identidade ou nacionalidade em outro processo, fica dispensada nova apresentação, desde que indicado o número do processo.

Art. 41. Se para o registro ou arquivamento for exigida prova de pagamento de algum imposto, o mesmo comprovante servirá para outro arquivamento ou registro posterior, desde que requerido dentro do mesmo exercício fiscal.

Art. 42. A Junta não promoverá a matrícula e expedição de título aos agentes auxiliares do comércio, antes de provarem os requerentes as condições de idoneidade exigidas pela lei e, se forem corretores ou leiloeiros, antes de prestarem a fiança a que são obrigados.

Art. 43. Para cada uma das pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas às disposições da presente Lei, organizará a Junta um prontuário com anotações relativas aos documentos a elas referentes.

Art. 44. As Juntas Comerciais e suas Delegacias adotarão os livros e fichários que o respectivo Regimento interno determinar.

Art. 45. A autenticação dos livros comerciais será feita na forma da lei própria.

Parágrafo único. Os livros apresentados para autenticação deverão ser retirados, pelas partes interessadas, no prazo improrrogável de sessenta dias, a contar da apresentação. Findo esse prazo, os livros serão inutilizados.

Art. 46. No caso de inobservância das formalidades legais pelos interessados, a Junta Comercial sustará o arquivamento, registro ou outro ato relativo aos documentos que lhe forem submetidos formulando as exigências cabíveis com o prazo de trinta dias para seu cumprimento, para os efeitos do art. 39 "caput".

Parágrafo único. Os documentos a que se referem os ns. II, III, IV, VI e VII do art. 37, que, no prazo máximo de trinta dias da data de sua apresentação, deixarem de ser objeto de deliberação das Juntas Comerciais, ter-se-ão como registrados e arquivados, anotados ou cancelados, mediante provocação dos interessados.

Art. 47. A Junta poderá, dentro do prazo referido no artigo anterior, atender aos pedidos de reconsideração dos despachos proferidos.

Art. 48. O arquivamento e registro de quaisquer papéis ou a juntada de documentos só poderão processar-se mediante petição.

Art. 49. Contendo o nome comercial de sociedade por ações ou de outro tipo, expressão de fantasia e tendo a Junta Comercial dúvida de que reproduza ou imite nome comercial ou marca de indústria ou comércio já depositada ou registrada, poderá suscitá-la, ficando o arquivamento ou registro suspenso até que se junte certidão negativa do Departamento Nacional da Propriedade Industrial ou até que se resolva judicialmente a dúvida.

CAPÍTULO VI

Do Assentamento dos Usos e Práticas Mercantis

Art. 50. Incumbe, exclusivamente, às Juntas Comerciais, o assentamento dos usos e práticas mercantis.

§ 1º Só podem ser objeto de assentamento na Junta os usos e práticas mercantis que não incidam nas proibições estatuídas no art. 38 desta Lei.

§ 2º O assentamento de que trata este artigo será feito pela Junta, "ex officio", por provocação da Procuradoria ou de qualquer entidade da classe comercial interessada na matéria.

§ 3º É indispensável, para que se assente o uso ou prática mercantil que a respeito se pronuncie, previamente, no prazo de noventa dias, as associações de classe e as Bolsas competentes da respectiva praça e que se publique na imprensa convite a todos os interessados para se manifestarem sobre o assunto no mesmo prazo.

§ 4º Executadas as diligências previstas no parágrafo anterior, a Junta decidirá se é verdadeiro e registrável o uso ou prática mercantil, em sessão a que compareçam, no mínimo, dois terços dos respectivos vogais dependendo a respectiva aprovação de voto de, pelo menos, metade mais um dos vogais presentes.

§ 5º Proferida a decisão, assentará-se o uso ou prática mercantil em livro especial, com a devida justificação, efetuando-se a respectiva publicação no órgão oficial da sede da Junta.

§ 6º Somente três meses após a publicação, tornar-se-á obrigatório, quando for o caso, o uso ou prática mercantil.

Art. 51. Quinquenalmente as Juntas processarão a revisão e publicação da coleção dos usos e práticas mercantis assentes na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO VII

Do Processo de Responsabilidade

Art. 52. Compete às Juntas Comerciais, "ex officio", por denúncia das suas Procuradorias ou queixa da parte interessada, instaurar processo administrativo de responsabilidade contra os leiloeiros, tradutores públicos e intérpretes comerciais, avaliadores comerciais, corretores de mercadorias e administradores de armazéns gerais, por motivo de transgressões, que hajam praticado, à legislação vigente, aplicando aos mesmos as penalidades nesta prevista.

§ 1º Recebida pela Presidência da Junta a peça inicial da acusação, com os documentos que a instruírem, será feita a respectiva autuação pelo funcionário designado para servir como escrivão do processo.

§ 2º Conclusos os autos à Presidência, serão por esta designados o relator e revisor do feito e, em seguida, determinada a intimação do acusado para os termos processuais até final, abrindo-se-lhe vista para a defesa prévia, pelo prazo de dez dias.

§ 3º Se o acusado estiver em lugar ignorado, a intimação será feita por meio de editais, durante o prazo de sessenta dias.

§ 4º Cumpridas as formalidades prescritas nos parágrafos anteriores, terão o acusado e a Procuradoria três dias, cada um, para requerer diligências, marcando-se, então, prazo razoável para as mesmas, o que poderá ser prorrogado, quando apresentados motivos relevantes.

§ 5º No caso de não terem sido requeridas diligências ou uma vez encerrada a fase das mesmas, dar-se-á vista dos autos para alegações finais, sucessivamente, ao acusado e à Procuradoria, pelo período de dez dias para cada um.

§ 6º Consecutivamente, irá o processo ao relator e ao revisor e será incluído em pauta para julgamento pelo Plenário, na primeira sessão que se realizar.

§ 7º Prolatada a decisão, dela será o acusado intimado por ofício ou mediante edital, no caso do § 3º deste artigo.

§ 8º Poderá o acusado ou a Procuradoria recorrer da decisão final do processo para o Ministério da Indústria e do Comércio, nos termos do artigo seguinte.

CAPÍTULO VIII

Do Recurso para o Ministro da Indústria e do Comércio

Art. 53. É facultado às partes interessadas e às Procuradorias das Juntas Comerciais recorrerem, sem efeito suspensivo, para o Ministro da Indústria e do Comércio nos dez dias seguintes à publicação oficial de ato, decisão ou despacho definitivo que, com inobservância de norma legal ou regulamento, haja qualquer autoridade ou o órgão da Junta proferido no exercício de suas atribuições.

§ 1º A petição de recurso, com os documentos que a instruírem, será apresentada ao Presidente da Junta Comercial que determinará a respectiva anexação, dentro de vinte e quatro horas, ao processo a que se relacionar e a imediata abertura de vista deste à parte contrária para se pronunciar no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º A entrega da petição do recurso poderá ser feita à Delegacia

Estadual da Indústria e do Comércio, a qual, a qual nesse caso a encaminhará, sob protocolo, ao Presidente da Junta para os fins do parágrafo anterior.

§ 3º Recebida a petição do recurso pela Junta, incumbe à autoridade do órgão recorrido manifestar-se em cinco dias sobre o recurso, no sentido de manter ou reformar o ato ou julgamento impugnado, reinetendo em seguida o processo à Presidência da Junta que o submeterá ao Plenário, para decisão desta na primeira sessão a se realizar.

§ 4º Mantido o ato recorrido, no todo ou em parte, deverá o processo com o recurso, ser encaminhado dentro de vinte e quatro horas ao Departamento Nacional do Registro do Comércio, ao qual cumpre promover audiência da Divisão Jurídica do Registro do Comércio no prazo de dez dias, devendo, em seguida, dentro do mesmo prazo, ser o processo submetido à decisão do Ministro da Indústria e do Comércio. Essa decisão poderá ser delegada, no todo ou em parte, ao Secretário do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio.

§ 5º Proferida a decisão sobre o recurso, serão os autos devolvidos à Presidência da Junta Comercial, para execução da decisão final, dentro do prazo de dez dias, a contar da data do recebimento do processo pela Junta.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 54. Os dirigentes de repartições públicas, autarquias, sociedades de economia mista, fundações, entidades sindicais, os comerciantes e os representantes das sociedades mercantis são obrigados a fornecer cópias de documentos e informações que, em caráter sigiloso, lhes forem requisitados por qualquer dos órgãos de registro do comércio mencionados nesta Lei, para o cumprimento de suas atribuições.

§ 1º Todo aquele que omitir ou retardar injustificadamente a exibição ou remessa de documentos ou a prestação de informações solicitadas regularmente, nos termos deste artigo incidirá nas penalidades corinadas no art. 330, do Código Penal, além de outras, em que possa incorrer, na instância administrativa.

§ 2º Incumbe à autoridade que solicitar documentos ou informações e que lhe forem fornecidos, diligenciar no sentido de ser devidamente apurada a falta e punidos os seus responsáveis.

Art. 55. As Juntas Comerciais terão franquia postal e telegráfica.

Art. 56. Todas as Juntas deverão enviar, trimestralmente, ao Departamento Nacional do Registro do Comércio, para fins cadastrais, os dados relativos ao exercício das funções do registro do comércio e atividades conexas relativas ao trimestre imediatamente anterior.

Art. 57. A partir da vigência da presente Lei, a Divisão do Registro do Cadastro do Departamento Nacional do Registro do Comércio passará a ter a denominação de Divisão de Autorizações e Cadastro (DATC), ficando extintas as Seções e Turmas criadas pelo art. 21, ns. I e II e as atribuições fixadas nos arts. 32 e 33 do Regimento da Secretaria do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio, aprovado pelo Decreto nº 534, de 23 de janeiro de 1962.

Parágrafo único. A denominação do atual cargo de Diretor da Divisão do Registro do Cadastro, 4-C, criado pelo art. 41, da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, passará, na data da vigência desta Lei, a ser de Dire-

tor da Divisão de Autorizações e Cadastro 4-C, devendo o órgão do pessoal do Ministério da Indústria e do Comércio apostilar a nova denominação no título de nomeação do ocupante do referido cargo.

Art. 58. Os livros e documentos relativos ao Registro do Comércio e atividades afins, no Estado da Guanabara, passarão a pertencer ao arquivo da Junta Comercial desse Estado, cujo patrimônio integrarão e suas autoridades governamentais receberão tal acervo, mediante assinatura do correspondente termo de transferência, sem pagamento de qualquer indenização.

Parágrafo único. Operar-se-á, igualmente, a transferência para cada uma das novas Juntas Comerciais, das demais circunscrições do País, de todas as respectivas atribuições e acervo de livros e documentos do registro do comércio e serviços conexos, que, na data da publicação desta Lei, estejam a cargo ou em poder dos órgãos executores daquele registro e serviços.

Art. 59. Os servidores lotados no Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério da Indústria e do Comércio e que estejam servindo no Estado da Guanabara, na data da publicação desta Lei, terão o prazo de 90 (noventa) dias, contados daquela data, para optarem pelo Ministério da Indústria e do Comércio ou pela transferência para o Governo do Estado.

Parágrafo único. Os servidores que optarem pelo Ministério da Indústria e do Comércio serão aproveitados no Departamento Nacional do Registro do Comércio, em Brasília, ou em outros órgãos do Ministério.

Art. 60. A Junta de Corretores de Mercadorias do Estado da Guanabara, a que se refere o art. 62, da Lei nº 4.048, de 29 de dezembro de 1961, será subordinada à Junta Comercial daquela unidade federativa.

Art. 61. O Poder Executivo expedirá o Regulamento desta Lei dentro de cento e vinte dias, contados da sua publicação.

Art. 62. A presente Lei entrará em vigor na data da publicação do respectivo Regulamento.

Art. 63. Ficam revogados o Decreto nº 595, de 19 de julho de 1890, e o Decreto nº 93, de 20 de março de 1935, bem como todas as disposições contrárias a presente Lei.

DISPOSITIVOS VETADOS

1) — No Art. 21, parágrafo 1º, a expressão final: "dentre aqueles de que trata o item III do art. 16"

2) — O parágrafo 2º do art. 21

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Este Presidente comunica ao Congresso Nacional que recebeu duas mensagens encaminhando duas emendas à Constituição Federal. Tomaram elas os números 6 e 7, de 1965. A primeira altera dispositivos constitucionais referentes ao Poder Judiciário; a segunda altera dispositivos constitucionais referentes ao Poder Legislativo.

A fim de se organizarem as Comissões Mistas que deverão emitir parecer sobre uma e outra emendas constitucionais e estabelecer os respectivos calendários, esta Presidência convoca o Congresso Nacional para uma sessão extraordinária amanhã às 21 horas. (Pausa).

A presente sessão do Congresso Nacional foi convocada a fim de que os Senhores Congressistas possam deliberar sobre vetos apostos pelo Senhor

Presidente da República a cinco proposições legislativas, a saber:

VETOS PRESIDENCIAIS

1º — ao Projeto de Lei nº 2.600-B, de 1965, na Câmara e nº 46-65, no Senado, que isenta de impostos de importação e outras contribuições os bens adquiridos, mediante doação, pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar (veto parcial);

2º — ao Projeto de Lei nº 2.640-B, de 1965, no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação, e dá outras providências (veto parcial);

3º — ao Projeto de Lei nº 2.740-B, de 1965, na Câmara, e nº 82-65, no Senado, que dispõe sobre a série de classes de pesquisador, e dá outras providências (veto parcial);

4º — ao Projeto de Lei nº 2.839-B, de 1965, na Câmara, e nº 125-65, no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962 (veto parcial);

5º — ao Projeto de Lei nº 2.651-A, de 1965, na Câmara, e nº 96-65, no Senado, que dispõe sobre os serviços do Registro do Comércio e atividades afins, e dá outras providências (veto parcial).

A discussão se fará separadamente de cada projeto vetado. A votação, porém, dar-se-á simultaneamente, com a utilização de seis séculas numeradas de 1 a 6 e que deverão ser colocadas numa única sobrecarta.

Em discussão o 1º Veto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em discussão o 2º Veto.

Está inscrito o nobre Deputado Cunha Bueno, a quem dou a palavra.

O SR. CUNHA BUENO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O Sr. Deputado Cunha Bueno desiste da palavra.

Não há outros oradores inscritos.

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão do 2º Veto.

Em discussão o 3º Veto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em discussão o 4º Veto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em discussão o 5º Veto. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação.

A chamada será feita de Norte para Sul.

Votarão em primeiro lugar os representantes do Estado, em seguida os representantes dos Territórios e, por fim, os membros da Mesa.

O Sr. 1º Secretário pode iniciar a chamada.

E' feita a chamada

Respondem à chamada e votam os Srs. Senadores:

Adalberto Senr

Oscar Passos

Vivaldo Lima

Edmundo Levi

Zacharias de Assumpção

Eugênio Barros

Sebastião Archer
Joaquim Parente
José Cândido
Sigefredo Pacheco
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
José Bezerra
Walfredo Gurgel
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Agripino
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Vasconcelos Tórres
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Moura Andrade
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Mello Braga
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger
Mem de Sá — (38)

e os Senhores Deputados:

Acre:

Armando Leite
Geraido Mesquita
Jorge Kalume
Mário Maia
Rui Lino
Wanderley Dantas

Amazonas:

Djalma Passos
José Esteves
Leopoldo Peres
Wilson Calmon — (23-1-66)
Antunes de Oliveira

Pará:

Adriano Gonçalves (9-11-65)
Burlamaqui de Miranda
Carvalho da Silva (4-12-65)
Gabriel Hermes
Lopo Castro
Stello Maroja

Maranhão:

Alexandre Costa
Cid Carvalho
Clodomir Millet
Eurico Ribeiro
Henrique La Rocque
Ivar Sandanha
Joel Barbosa
José Sarney
Lister Caldas

Luiz Coelho
Mattos Carvalho
Pedro Braga
Piauí:
Chagas Rodrigues
Ezequias Costa
Gayoso e Almendra
Heitor Cavalcanti
João Mendes Olímpio
Moura Santos

Ceará:

Alvaro Lins
Dager Serra (22-10-65)
Esmerino Arruda
Francisco Adeodato
Leão Sampaio
Lourenço Colares (10-12-65)
Martins Rodrigues

Rio Grande do Norte

Djalma Marinho
Odilon Ribeiro Coutinho

Paraíba:

Flaviano Ribeiro
Humberto Lucena
Janduí Carneiro
João Fernandes
Luiz Bronzeado
Plínio Lemos

Pernambuco:

Aderbal Jurema
Arruda Câmara
Aurino Valois
Bezerra Leite
Geraldo Guedes
José Meira
Luiz Pereira
Magalhães Melo
Milvernes Lima
Nilo Coelho
Oswaldo Lima Filho
Souto Maior
Tabosa de Almeida

Alagoas:

Abrahão Moura
Aloysio Nonó
Medeiros Neto
Muniz Falcão
Oceano Carleial
Oséas Cardoso
Pereira Lúcio

Sergipe:

José Carlos Teixeira
Lourival Batista
Walter Batista

Bahia:

Aloysio Short (4-12-65)
Aloisio de Castro
Cícero Dantas
Edgard Pereira
Henrique Lima
João Alves

Luna Freire
Manoel Novaes
Mário Piva
Necy Novaes
Oliveira Brito
Raimundo Brito
Regis Pacheco
Ruy Santos
Teódulo de Albuquerque
Vasco Filho
Vieira de Melo
Wilson Falcão

Espírito Santo:

Argilano Dario
Dirceu Cardoso
Dulcino Monteiro
Florianio Rubin
Gil Veloso
Oswaldo Zanello

Rio de Janeiro:

Adahuri Fernandes (4-12-65)
Adolpho Oliveira
Afonso Celso
Ario Teodoro
Bernardo Bello
Daso Coimbra
Edésio Nunes
Jorge Said-Cury (8-11-65)
Josemaria Ribeiro
Roberto Saturnino

Guanabara:

Afonso Arinos Filho (M.E.)
Arnaldo Nogueira
Aureo Melo
Baeta Neves
Benjamin Farah
Breno da Silveira
Cardoso de Menezes
Exedito Rodrigues
Jamil Amiden
Wildir Simões
Vago

Minas Gerais:

Abel Rafael
Amintas de Barros
Bias Fortes
Carlos Murilo
Celso Murta
Celso Passos
Cyro Maciel (S. E.)
Cyro Maciel
Dnar Mendes
Elias Carmo
Francelino Pereira
Guilhermino de Oliveira
João Herculino
Manoel de Almeida
Manoel Taveira
Milton Reis
Nogueira de Rezende
Ormeo Botelho
Ovidio de Abreu
Ozanam Coelho

Padre Nobre
Pedro Aleixo
Pinheiro Chagas
Simão da Cunha
Ulamo de Carvalho
Walter Passos

São Paulo:

Adrião Bernardes
Alceu de Carvalho
Aniz Badra
Athié Coury
Batista Ramos
Campos Vergal
Condeixa Filho (S.E.)
Cunha Bueno
Dias Menezes
Derville Alegretti
Hary Normanton
Hamilton Prado
Hélcio Maghenzani
Herbet Levy
Ivete Vargas
José Menck
José Resegue
Levy Tavares
Mário Covas
Pinheiro Brisolla
Plínio Salgado
Teófilo Andrade
Tuffy Nassif

Goiás:

Benedito Vaz
Castro Costa
Celestino Filho
Emival Calado
Geraldo de Pina
Haroldo Duarte
José Freire
Ludovico de Almeida
Rezende Monteiro

Mato Grosso:

Corrêa da Costa
Edison Garcia
Miguel Marcondes
Philadelpho Garcia
Rachid Mamed
Wilson Martins

Paraná:

Antônio Annibelli
Antônio Baby
Emílio Gomes
Ivan Luz
José Richa
Lyrio Bertolli
Mário Gomes

Santa Catarina:

Antônio Almeida
Carnéiro de Loyola
Doutel de Andrade
Laerte Vieira
Lenoir Vargas

Orlando Bertoli

Osni Regis

Rio Grande do Sul:

Afonso Ancha

Brito Velho

Cesar Prieto

Cid Furtado

Clovio Pestana

Croacy de Oliveira

Euclides Triches

Floriceno Paixão

Jairo Brum

José Mandelli

Lino Braun

Luciano Machado

Marcial Terra (M.E.)

Matheus Schmidt

Milton Cassel (S.E.)

Osmar Grafulha

Peracchi Barcelos

Raul Pila

Ruben Alves

Unirio Machado

Amapá:

Janary Nunes

Rondônia:

Hegel Morhy

Roraima:

Francisco Elesbão.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Responderam

à chamada e votaram 38 Srs. Senadores e 216 Srs. Deputados, num total de 254 Srs. Congressistas, número que coincide com o de sobre-cartes encontradas na urna.

Vai-se proceder à apuração.

Convido para servirem de escrutinadores os Srs. Deputados José Mandelli e Dager Serra.

(Procede-se à apuração)

Está concluída a apuração, que acusa o seguinte resultado:

Cédula 1 — 1º veto — Art. 6º (totalidade).

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 76 |
| Não | 147 |
| Em branco | 31 |

Cédula 2 — 2º veto — Art. 7º (totalidade)

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 75 |
| Não | 148 |
| Em branco | 31 |

Cédula 3 — 3º veto — Do art. 2º as palavras: "desde que detentores de diplomas de curso superior".

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 74 |
| Não | 149 |
| Em branco | 31 |

Cédula 4 — 4º veto — Parágrafo único do art. 1º (totalidade)

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 76 |
| Não | 147 |
| Em branco | 31 |

Cédula 5 — 5º veto — Do § 1º do art. 21, as palavras finais: "dentre aqueles de que trata o item III do art. 16".

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 74 |
| Não | 146 |
| Em branco | 34 |

Cédula 6º — 5º veto — § 2º do art. 21 (totalidade).

| | Votos |
|-----------------|-------|
| Sim | 14 |
| Não | 138 |
| Em branco | 102 |

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Declaro mantidos todos os vetos.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 22 horas e 55 minutos.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

NOV 19 1964

PRIMO POSTE MONTE CEN I